

FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE
RUA: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em
São Luís/MA



São Luís/MA
2022

EMMERSON DA SILVA COSTA

**SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE
RUA: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em
São Luís/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Enaire de Maria Sousa da Silva.

São Luís/MA

2022

C837s Costa, Emmerson da Silva

Serviço social e o atendimento à pessoa em situação de rua: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em São Luís/MA / Emmerson da Silva Costa — São Luís: Faculdade Edufor, 2022.

78 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2022.

Orientador(a): Enaire de Maria Sousa da Silva

1. População em situação de rua. 2. Centro POP. 3. Serviço Social. 4. Atuação profissional. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364.682.42(812.1)

SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em São Luís/MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

São Luís, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Enaire de Maria Sousa da Silva (Orientadora)
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

Prof.^a Andréia Carla Santana Evérton Lauande
Mestra em Políticas Públicas (UFMA)

Prof.^a Aylana Cristina Rabelo Silva
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por ter me concedido saúde, força, determinação para que todos os meus objetivos alcançados, durante todos dias e noites de estudos. Sou muito grato a meus pais e irmãos, que me apoiaram e incentivaram durante todos os anos de formação, principalmente durante os anos de pandemia que passamos momentos difíceis. Que toda essa força certamente contribuiu para que todos os meus sonhos se tornassem realidade, sem eles nada disso seria possível.

Aos meus colegas de curso, quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como profissional. Agradeço a todos os professores pelas correções, conselhos e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso e que sempre estiveram dispostos a ajudar e a contribuir para o melhor aprendizado de todos os alunos.

RESUMO

A presente pesquisa trata sobre o fenômeno expansivo da população em situação de rua e a atuação do assistente social em um equipamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) determinado a atender, discutir, propor e atuar diretamente com essa população, que é o caso do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP). Assim, o objetivo da pesquisa é identificar as especificidades da atuação profissional do assistente social com a população de rua em um Centro POP de São Luís/MA. Como metodologia foram utilizados a pesquisa bibliográfica, inicialmente, para situar o debate sócio-histórico acerca do Serviço Social no Brasil, bem como a percepção sobre a população de rua construída na formação social brasileira. Para a coleta de dados empíricos foi realizada uma entrevista semiestruturada com um profissional de Serviço Social do Centro POP de São Luís. Como resultado, observou-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados na medida em que se discutiu as especificidades da atuação do assistente social em um equipamento destinado para a população em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Centro POP. Serviço Social. Atuação profissional.

ABSTRACT

This research deals with the expanding phenomenon of the homeless population and the role of the social worker in a National Social Assistance Policy (PNAS) equipment determined to meet, discuss, propose and act directly with this population, which is the case of the Specialized Center for People Living on the Street (Centro POP). Thus, the objective of the research is to identify the specificities of the professional performance of the social worker with the homeless population in a POP Center in São Luís/MA. As methodology were used the bibliographic research, initially, to situate the social-historical debate about Social Service in Brazil, as well as the perception about the street population built in the Brazilian social formation. For the collection of empirical data, a semi-structured interview was conducted with a Social Service professional from the POP Center of São Luís. As a result, it was observed that the research objectives were achieved to the extent that it discussed the specificities of the performance of the social worker in an equipment intended for the homeless population.

Keywords: Homeless Population. Centro POP. Social Work. Professional Performance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 1** - Jornal Nova Meta da Associação dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba em Outubro de 1979 31
- Figura 2** - Movimentos sociais nas ruas pela redemocratização do Brasil, na década de 1980 45
- Figura 3** - Intersetorialidade da Política Nacional para População em Situação de Rua 51
- Figura 4** - Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua 53
- Figura 5** - População brasileira x número de pessoas em situação de extrema pobreza no país..... 55
- Figura 6** - Centro POP do bairro Cohab-Anil em São Luís/MA 59

QUADROS

- Quadro 1** - Histórico de Leis e Decretos brasileiros específicos para a população em situação de rua 47
- Quadro 2** - Serviços socioassistenciais para a população em situação de rua 49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Centro POP	Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira da Assistência
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e
Indivíduos	
PNADC	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL.....	17
2.1 Da gênese da profissão ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina	17
2.1 O Serviço Social na contemporaneidade.....	32
3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: do descaso estatal ao reconhecimento de população detentora de direitos	36
3.1 Os mendigos como componentes das “classes perigosas”	39
3.2 Redemocratização do Brasil e a provisão de direitos à população em situação de rua	43
4 O SERVIÇO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: especificidades de intervenção	55
4.1 A atuação do(a) assistente social no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua em São Luís/MA.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
APÊNDICES	76
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	76
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	78

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado: “A atuação do/a assistente social no atendimento à pessoa em situação de rua: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em São Luís/MA”, trata sobre o fenômeno expansivo da população em situação de rua e a atuação profissional do assistente social em um equipamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) determinado a atender, discutir, propor e atuar diretamente com essa população.

Essas pessoas, sujeitos fundamentais do objeto de pesquisa, são definidos, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua¹, como “[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos e/ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (PNPSR, 2009).

Atualmente, essa parcela da população é alvo de um contexto de extrema vulnerabilidade, com obstáculos no acesso à higiene, alimentação e direitos sociais fundamentais à dignidade humana. Além disso, existem vários estigmas e rótulos que caem sobre essa população. É comum, por exemplo, que essas percepções estigmatizadas sejam transmitidas entre gerações e perpetuem uma representação social² de um grupo sem antes mesmo interagir com ele.

É para romper com esse conteúdo simbólico e de cunho ideológico que o presente estudo se propõe investigar a atuação profissional do assistente social perante as contradições de uma sociedade de classes de uma forma crítica, por entender o seu papel essencial na ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

O interesse por esse objeto da pesquisa surgiu a partir da pandemia de covid 19 que se alastrou no mundo inteiro e afetou, sem desvios, a população em situação

¹ Instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, inaugura a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersecretorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

² As representações sociais sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados. Assim, as representações sociais acerca das pessoas em situação de rua repercutem na construção de suas identidades e adentram no campo ideológico da denominação, pois se “reproduzem” e se cristalizam em relações concretas de dominação (MATTOS, 2003, p.22).

de rua. A inacessibilidade ao mínimo para sobrevivência, explicitou o quão vulnerável essas pessoas estariam diante de uma crise sanitária com impactos imensuráveis.

Esta pesquisa torna-se relevante à medida que torna possível a discussão sobre o cotidiano profissional do assistente social em seu espaço de trabalho, possibilitando pontos de reflexão acerca das particularidades do exercício profissional diante da população em situação de rua. Em seguida, existe a carência do debate dentro da categoria profissional, e até do processo de formação profissional, o que gera dúvidas e anseios quando o tema é proposto em instâncias.

O debate é importante pois o Serviço Social está intimamente ligado à Política de Assistência Social, sendo um espaço que se caracteriza como principal empregador de assistentes sociais no aparelho do Estado. De acordo com uma pesquisa realizada em 2005 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições estatais.

Dessa forma, a análise dos espaços ocupacionais do assistente social requer discussões que considerem o contexto do universo capitalista e dos processos de trabalho dos profissionais, tratando os determinantes históricos e as forças distintas que explicam os desdobramentos sociais, políticos e econômicos em que se inserem os assistentes sociais na atualidade.

A urbanização teve seu início ainda na pré-história e ainda continua a se evoluindo ainda mais com o passar dos anos que vamos vivendo, interferindo diretamente nas relações sociais. Diante disso, Castells (1983, p. 02) afirma que:

[...] é possível verificar, com as descobertas arqueológicas, os primeiros aglomerados sedentários com alta densidade populacional que datam o fim do neolítico, período em que os agricultores produziram além da sua necessidade de subsistência com o auxílio das técnicas e das condições sociais e naturais do trabalho estabelecidas.

Diante desse acontecimento houve um grande aprimoramento no sistema de divisão e distribuição, com isso veio ajudar a possibilitar ainda mais nível de organização social. No entanto, embora o processo de urbanização do tempo longínquo, antes mesmo do grande desenvolvimento do capitalismo e a partir desse modo de produção e de grandes transformações causadas por ele, tornou-se melhor para se compreender as configurações expressas nas cidades de hoje.

Como afirma Sposito (2004, p. 31) “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível

mundial, como a partir do capitalismo”. O processo de urbanização ocorre de forma desigual e não supre as necessidades da grande parcela da população, efetivando direitos básicos e fundamentais para ter uma vida digna.

Conforme Cardoso (2001), o quadro é de extrema desigualdade, sendo os problemas relacionados às formas de produção e apropriação do meio urbano um aspecto fundamental de explicação desse cenário. Assim, aparecem outras dificuldades como saúde, renda, educação e moradia, que são considerados como direitos ou “mínimos sociais” necessários para sua sobrevivência e desenvolvimento na sociedade.

Infelizmente trata-se de uma realidade de múltiplas desigualdades perante as raízes históricas, estão relacionados diretamente ao não acesso a determinados direitos básicos considerados essenciais para ter uma vida digna. Recorrendo a Harvey (2014) o direito à cidade não pode ser analisado a partir de uma perspectiva individual, já que está relacionado ao exercício do poder coletivo no processo de urbanização.

Todo esse cenário de violações de direitos ainda é mais prejudicial para as pessoas que se encontram em situação de rua, pois todos esses direitos são totalmente violados que são o acesso à moradia, saúde, transporte, segurança, lazer, saneamento básico etc.

São considerados direitos distantes de serem usufruídos por conta das condições de vulnerabilidade em que estão totalmente submetidos perante o seu modo de vida. São totalmente vistos pela sociedade como “dotadas de características que a sociedade não reconhece como socialmente integrantes, restando-lhes a negação de parte constitutiva social” (COSTA; JÚNIOR, 2017, p. 28).

Onde deveriam ser reconhecidos ainda mais pela sociedade por conta das suas histórias de vidas impressionantes e sua luta diária que as ruas proporcionam onde isso deveria ser levado em uma relevância maior e que isso tudo pode-se levar uma valorização e respeito maior. Porém, o contexto se revela desafiador para essas pessoas.

As pessoas em situação de rua, conforme a Política Nacional para pessoas em situação de rua se caracteriza como:

[...] um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a extrema pobreza, ausência de moradia, vínculos interrompidos com a família, usos de logradouros públicos e a área degradada como espaço de moradia e de

sustento, aonde na maioria das vezes são de formas permanente ou temporárias, também não podemos esquecer as unidades de acolhimentos que ajudam bastante como um abrigo temporário ou com moradia provisória (BRASIL, 2009, on-line).

Outro problema é que não podemos deixar de mencionar é que os moradores em situação de rua não possuem um lugar fixo para se rescindir ou muito menos contar com apoio dos seus familiares, essa população acaba se submetendo a condições de vida muito precárias. Diante de tudo isso, elaborar um perfil da pessoa em situação de rua não é uma ação fácil visto que, segundo Bove e Figueiredo (2015), os dados a respeito desse grupo populacional são poucos, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não contabiliza esse grupo populacional.

Esse é um dos fatos que mais contribuem para essa falta de referência domiciliar, outro fato que também ajuda determinar a quantidade exata de pessoas em situação de rua, uma vez que não há tantas pesquisas no Brasil que busca levantar o número exato dessa população. A dificuldade de calcular essa população, consiste principalmente pelo fato em que a população em condição de rua possui uma alta rotatividade, se deslocam bastante pelas cidades ou até mesmo mudando de cidades-estados em questões de dias.

Já para produzir um perfil se tornou-se mais possível a partir de pesquisas realizadas por algumas cidades como: Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e devido a pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, de 2008, sendo considerado uma pesquisa antiga ela vê se abrange e se completar até o ano de 2017(PAIVA et al, 2016).

Com a perspectiva de Tolentino e Bastos (2017) observa-se que a maioria das pessoas que vivem em situação de rua são homens (82%), enquanto apenas 18% da população é feminina. Em relação a cor de pele é idade viva maioria é pretos e pardos, e jovens, entretanto a idade média das mulheres está em um índice mais baixo do que os homens.

Diante dos elementos comuns identificados encontramos condições que movem as pessoas em situação de Rua São: uso de drogas ilícitas ou alcoolismo, conflitos familiares e a perda de emprego. Também é válido enfatizar que, pode ter outros motivos. A compreensão da rua como sinônimo de liberdade, e por isso escolhe está em situação de rua. A liberdade se choca diretamente com a realidade que entra em contradição através da vulnerabilidade dessa população.

Um dos principais reflexos do processo de exclusão social está ligada a população em situação de rua que está ligada diretamente à lógica do capitalismo, e não possui uma renda suficiente para até mesmo conseguir se manter com alimentação, produtos básicos e um espaço adequado, digno para sua moradia, sem dinheiro e direito de escolha vem utilizar as ruas da cidade como moradia provisória.

Diante da Secretaria Nacional de Assistência, através das suas definições, a população em situação de rua se caracteriza por um grupo populacional heterogênea, se compõe por pessoas com diferentes realidades, mais que todos se igualam através da condição de pobreza absoluta, vínculos rompidos ou fragilizados e falta de habitação regular, sendo obrigado a última as ruas como seu lugar de moradia e sustento, de forma temporária ou até mesmo permanente. Uns dos principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão entre elas a perda de alguém querido, desemprego, ausência da família, violência, perda da autoestima, doença mental, uso de drogas e alcoolismo.

Grande parte dos estudos realizados apontam que esse tipo de população tenha sido realizado no século XX, registros existentes desde a época XIV. Diante de essa pesquisa podemos tirar uma conclusão de que a população em situação de rua não teve a devida atenção desde os anos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada diante do aumento exponencial. Dessa forma, nota-se que diante disso a cada novo ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.

No que diz respeito ao trabalho do assistente social nesse contexto, a aproximação da categoria profissional com o método dialético nas pesquisas e no exercício profissional possibilita desvendar os fundamentos a partir das percepções e representações das pessoas em situação de rua.

O não acesso à política de habitação, por exemplo, representa um impacto para a sociabilidade dos indivíduos. Esses desafios postos no cotidiano profissional resultam das diferentes manifestações da “questão social” objeto de intervenção do assistente social.

Por ser um profissional que participa do processo de desenvolvimento de estratégias integradas a partir da Política de Assistência Social, o trabalho do assistente social é uma ferramenta importante para a mediação na garantia de direitos dessa população.

O Centro Pop se insere na proteção social especial de média complexidade, a qual tem por objetivos prover atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos que

se encontram em situação de risco pessoal ou social, destacando-se as ocorrências de pessoas em situação de rua.

O equipamento é formado por uma equipe multidisciplinar que interage em favor do desenvolvimento de reuniões periódicas para avaliação e planejamento, além de momentos de estudo coletivo com o material sobre população em situação de rua. Esta equipe é composta por vários profissionais, sendo um coordenador, assistentes sociais, pedagogos, advogados, psicólogos, educadores sociais, dentre outros.

Portanto, analisar a atuação do assistente social nesse importante equipamento da Política de Assistência Social é imprescindível para conhecer as especificidades do exercício do profissional em seu espaço de trabalho, destacando as particularidades da atuação frente às expressões da questão social que assolam o cotidiano das pessoas em situação de rua.

No que se refere aos parâmetros metodológicos que orientam o presente trabalho, é importante, inicialmente, situar todo o percurso da metodologia através da concepção que analisa a totalidade social. Ou seja, busca-se amparar toda a discussão, obtida através da coleta de dados, sejam eles bibliográficos e/ou empíricos, com base em determinações sócio-históricas, levando em consideração o pensamento crítico e desconsiderando qualquer elemento aparente, na busca constante pela essência material e concreta dos fenômenos.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, diferentemente das Ciências Exatas e Naturais, o objeto de estudo das pesquisas científicas é a própria realidade social, em atenção às múltiplas relações e inter-relações do cotidiano. As pesquisas desta área do conhecimento são realizadas em ambientes “não controlados”, sendo impossível recortar o objeto e separá-lo de suas relações para observação e análise, atendendo-se para as problemáticas subjetivas que compõem o real. Ademais, possuem um objetivo coletivo, que é o de colaborar para o desenvolvimento e emancipação da sociedade em geral (LANÇA, 2012, p. 67).

Dessa forma, para que se torne possível uma pesquisa que se pautar nos desvendamentos das particularidades da dinâmica social, é necessário direcionar a pesquisa para um caráter qualitativo, pois esta “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2008, p. 21). Em outras palavras, esse tipo de pesquisa não só se preocupa com quantificar ou especificar números em dados estatísticos, percentuais ou

numéricos, trata-se de uma interpretação que não só considera particularidades da realidade viva, mas de pensar e propor para a construção de acepções. Assim,

[...] o uso de técnicas qualitativas para o estudo social carrega o desafio de captar nas práticas e representações individuais os sinais de uma organização social historicamente constituída em que as divisões de classe formam o pano de fundo da trama onde se gera pobreza.

Por esse motivo, a pesquisa utilizará como método de análise o materialismo histórico-dialético para a compreensão da realidade. Esse método decorre da construção do legado marxiano e, em decorrência da amplitude da realidade social, vem contribuindo significativamente para a apreensão dos mecanismos de análise das expressões da sociedade capitalista para uma capacidade de pensar e repensar as bases da sociedade sob um viés teórico-crítico. Dessa forma, se caracteriza “[...] em forte epistemologia que nos facilitam compreender e explicar as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, através de toda a história. Estamos convencidos disso, pois a dialética materialista histórica é uma postura, um método e uma práxis” (SANFELICE, 2008, p. 88).

Como parte inicial, a pesquisa está composta com o levantamento de dados bibliográficos, tais como livros, artigos, documentos disponibilizados pelo Centro Pop, bem como em outros veículos que auxiliarão no processo de construção do aprofundamento teórico-metodológico do objeto estudado. Para Miotto e Lima (2007, p. 44) essa pesquisa bibliográfica deve ser “[...] sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos”.

Pesquisar no âmbito da população de rua é, sem dúvidas, desafiador. Isso porque as questões que envolvem esse público são excessivamente sensíveis e exigem cautela. O Centro Pop, por exemplo, por ser um equipamento da política de assistência social que lida cotidianamente com essas expressões, requer análises mais abrangentes sob sua atuação na contrariedade das relações sociais, isto é, no compromisso com uma investigação crítica e complexa de suas singularidades.

Por isso, a pesquisa de campo se apresentou como uma possibilidade para a coleta de dados empíricos. Nessa fase, a pesquisa tem como recorte espacial o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, popularmente conhecido como Centro Pop, o qual compõe o núcleo das unidades

socioassistenciais de municípios que possuem a Proteção Social Especial de Média Complexidade. O equipamento em específico, fica localizado no município de São Luís/MA, no bairro Cohab Anil.

Para esta pesquisa, será elaborada uma entrevista semiestruturada, como instrumento que contribuirá para o direcionamento do problema da pesquisa, a fim de investigar a atuação do(a) assistente social em seu espaço sócio-ocupacional diante da população em situação de rua. Assim, serão aplicados alguns questionamentos para melhor subsidiar a entrevista. No entanto, o(a) profissional terá autonomia suficiente para colocações pertinentes ao objeto de estudo que não necessariamente estarão como questionamentos. Para a fundamentação e análise dos resultados, o(a) profissional assinará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir o sigilo e a veracidade da pesquisa.

2 ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

A história do Serviço Social no Brasil deve ser analisada com base em sua relação com as ações desenvolvidas pela Igreja Católica a partir da década de 1920. Porém, na década de 20, não existia institucionalização do assistente social enquanto profissional, as mulheres damas da caridade apenas atuavam com ordenamentos da Igreja que se baseavam em uma doutrina social moral e ajudavam as pessoas carentes.

Porém, é esse contexto que se encontra o embrião da profissão no país, que vai sustentar a doutrina da Igreja e fazer com que a criação das primeiras escolas de Serviço Social na América-Latina tenha como principal função a profissionalização com um viés religioso da assistência aos mais pobres e vulnerabilizados, tendo como referência o modelo de ensino e ação profissional franco-belga.

A discussão desse capítulo é feita de acordo com as principais referências acerca da trajetória do Serviço Social no Brasil, de sua gênese até a cena contemporânea. Abrange inicialmente a formação das primeiras escolas até o contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Após isso, é feito um resgate do Serviço Social na atualidade.

2.1 Da gênese da profissão ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina

O Serviço Social no Brasil surgiu em um cenário em que o país começava a se industrializar em face do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Nesse cenário, “[...] o Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 23). Isso se deu em face do aprofundamento do modo de produção capitalista e da manifestação das expressões da questão social de forma aguda.

Em face do crescimento da miséria relativa de contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova “racionalidade” no

enfrentamento da questão social. A procura de maior eficiência no tratamento dessa questão consubstancia-se, também, na solidificação do Serviço Social como instituição, intimamente vinculado ao crescimento do aparelho de Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 24).

Nessa época, a forma com a qual a questão social se manifestou foi fundamental para a implantação do Serviço Social na Primeira República. Na década de 1920, as Leis Sociais, que fundamentaram a regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado

[...] se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social. Em torno da “questão social” são obrigadas a posicionar-se às diversas classes e frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 134).

Assim, o Estado burguês, aliado a camadas morais da Igreja, passou a intervir a partir de um conjunto de problemas resultado das profundas modificações na sociedade, oriundos da implantação e consolidação do polo industrial no Brasil. Ou seja, “[...] os desdobramentos da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Esse contexto é marcado pelo aprofundamento do capitalismo em seu estágio monopolista, onde a formação econômico-social é circunscrita pelo deslocamento da questão social de um mero problema para o campo das contradições que penetram a sociedade. Nesse mesmo momento:

A “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

É nesse contexto que o Serviço Social emerge no Brasil. Em síntese, “[...] da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135). Ou seja, mesmo já institucionalizada, a profissão ainda é permeada pelos valores cristãos

doutrinários, que se apresentam muito úteis à manutenção do modo de produção capitalista. Assim, a profissão:

Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Tal oposição se encontra em sua legitimação diante dos grupos e frações das classes dominantes. Mais especificamente, está na ausência de instituições legitimadas pelo aparelho do Estado e na contramão daqueles que, em tese, representaram a clientela do Serviço Social na época.

No entanto, para entender o surgimento do Serviço Social a nível nacional é necessário resgatar o período histórico em que o mundo estava vivenciando. Ainda na década de 1920, houve uma crise internacional que impactou a forma como a sociedade estava configurada. Para Iamamoto e Carvalho (2014, p. 136):

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para outras de realização interna.

Se o Brasil antes era apenas um agroexportador, com o processo de industrialização o país passou a se posicionar internacionalmente de uma outra forma, gerando transformações sem precedentes para o país com a adesão ao modelo industrial. Nesse contexto:

As condições de existência e de trabalho do proletariado industrial - principalmente a partir do início do século, quando começam a aglutinar-se nos centros maiores das empresas industriais dispersas, período para o qual existe uma documentação mais abundante - mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 137).

Na época, os trabalhadores que não conseguiam emprego nas indústrias, amontoavam-se em bairros insalubres, sem acesso à água, a saneamento básico, a

luz e alimentação. Sem as mínimas condições de higiene, a situação do proletariado era crítica, além dos constantes acidentes nas aglomerações industriais.

O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária de sua força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta. Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo, pois as relações no mercado de trabalho permanecem estreitamente no campo privado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 138).

Com esse cenário, os trabalhadores passaram a se organizar em prol da defesa de melhores condições de trabalho e vida. Na luta contra o trabalho excessivo, por mais direitos assegurados e pela sua sobrevivência, visto que os ambientes das fábricas eram insalubres. Dessas organizações, destacam-se as Ligas Operárias, que buscavam organizar essas pautas e lutar por elas.

No desenvolver das lutas operárias, surgiram formas superiores de organização, como Congressos Operários, Confederações Operárias, englobando diversos ofícios e cidades, e uma imprensa operária, que se destaca pela combatitividade. No plano cultural e social são desenvolvidas diversas iniciativas baseadas numa forma de ser proletária. A legitimidade dessas organizações marcadas pela autenticidade estará, no entanto, restrita ao meio operário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 139).

É com isso que surge a problemática, se essas instituições são somente legitimidades entre o meio operário, o aparelho do Estado, através da repressão, passa a se opor a esse tipo de organização, fechando as sedes e perseguindo os líderes das organizações, que eram constantemente presos ou deportados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A violência do Estado se fará constantemente presente na trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista. A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados a agroexportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 142).

Esse contexto é a principal base para o surgimento do Serviço Social, onde a ação assistencialista da chamada “boa sociedade” teve um grande desenvolvimento com as camadas de operários mais pobres. Essas ações de cunho assistencial

culminaram em apenas um objetivo, controlar as reivindicações e a vida do proletariado urbano.

Após a Primeira Guerra Mundial, as expressões da questão social se tornaram mais evidentes para a sociedade. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) é nesse momento que surgem as chamadas protoformas do Serviço Social no Brasil. Como visto, o processo de reconhecimento da profissão inicia na década de 1920, ainda que lentamente. É somente a partir da década de 1930, através da mobilização dos setores ligados à Igreja, que o Serviço Social surge como um departamento específico da Ação Social e da Ação Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Os grupos pioneiros e as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil estão ligados à Igreja Católica. É somente em 1932 que surge uma manifestação original do Serviço Social no Brasil, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Esse centro surgiu pela necessidade da Ação Católica em sistematizar suas obras de filantropia no país, mobilizando ainda mais o laicato (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O objetivo central do CEAS era o de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 179).

Ou seja, o CEAS possuía um caráter fiscalizador e controlador dos trabalhadores. O objetivo era de integrar o proletariado a um conjunto de ações controladas, sobretudo, pelo empresariado e Estado, tornando ainda mais fácil o controle social e de reivindicações.

Em 1935 foi criado no Brasil, através da Lei nº 2.497 de 24 de dezembro, o Departamento de Assistência Social do Estado. Foi a primeira instituição criada para articular todo o sistema de assistência e proteção social aos menores, desvalidos, trabalhadores e egressos de hospitais, reformatórios e penitenciárias.

É fundada pelo CEAS no estado de São Paulo, em 1936, a primeira escola de Serviço Social do Brasil. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p. 186) “[...] esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda a partir do Estado”. Dessa forma, ainda que exista noções legais que este ato está ligado às atividades desenvolvidas

pelo laicato, o Estado, a partir de sua necessidade de controle social, assumirá uma representação fundamental para a formação das agentes.

Com a expansão das escolas em mais estados brasileiros, cresce o número de profissionais formados. A discussão agora, seria onde esses mesmos profissionais iriam atuar. De acordo com um levantamento realizado pela tese de conclusão de curso de uma terceiranista da Escola de Serviço Social, no período de 1937-1940, as estatísticas apontam que os serviços prestados por assistentes sociais nesse período foram encaminhamentos à procuradoria do Serviço Social, auxílios em dinheiro, encaminhamentos a instituições médicas e obras de assistência pública e particulares (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Era uma atuação voltada para subsidiar e controlar determinados grupos sociais através de ações caritativas e isoladas. Nesse sentido, o Serviço Social vai se apresentar enquanto uma evolução dos antigos métodos, emergindo pelo desenvolvimento e complexidade dos problemas sociais que se alastravam na época.

Nessa circunstância “[...] a caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 212).

O perfil da assistente social na época, levava em conta todos os critérios morais que vinham da doutrina social da Igreja. Certamente, os padrões eram característicos de uma mulher que pudesse assumir uma representação moral bem conservada e refletir para a sociedade um posicionamento cristão firme.

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa de mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 233-234).

Além disso, para ingressar nas escolas, era indispensável o recrutamento seguindo critérios de idade, conclusão de curso secundário, apresentação de referências idôneas e a submissão ao exame médico. Aparecem também no quadro outros aspectos estritamente ideológicos ligados à saúde, condições físicas, sociais e familiares e qualidades morais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Outro aspecto para o debate são as instituições assistenciais que surgem e inserem em seu quadro o Serviço Social com forte influência. Porém, essa

incorporação foi lenta e gradual, somente depois de já consolidadas fizeram a inserção de forma abrangente. Isso se deu porque:

[...] essas instituições, em seu processo de formação, já haviam criado dentro de seus quadros de funcionários burocráticos funções cuja especialização se assemelha aquela que poderia ser desenvolvida por um assistente social. Uma pesada e hierarquizada estrutura burocrática, assim como o intenso jogo de interesses políticos e corporativos retardaram a incorporação de assistentes sociais de forma rápida e ampla (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 256-257).

Uma instituição que representa um marco para a história do Serviço Social é a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 28 de agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas. Essa instituição foi pensada a partir de um esquema político para a participação do Brasil na assistência aos mais necessitados e vulnerabilizados.

A organização da LBA e a sua especialização na assistência social indicam como o Estado Novo propiciou as condições para o exercício do que poderíamos chamar de uma 'cidadania feminina' baseada na utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade. Essa cidadania, de perfil bastante conservador, também se fez presente em outros contextos políticos, como o Estado Novo salazarista, a Itália fascista e a Espanha franquista. Esses regimes tiveram apoio considerável das mulheres organizadas em associações muito semelhantes à LBA, que se sustentaram na ideia da participação política das mulheres a partir daquilo que as habilitava para a intervenção social: a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou. (MARTINS, 2011, p. 16).

Logo após a criação da LBA, outra importante instituição foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que foi criada em 1942 com objetivo de administrar os centros de aprendizagem destinados aos industriários. Representou um grande “[...] empreendimento de qualificação da força de trabalho, especialmente a juvenil, que rapidamente incorpora o Serviço Social em seu esquema de atuação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 268).

Essas instituições expressaram um eixo estratégico para o Estado, tendo em vista que eram estruturadas com objetivos específicos e que poderiam contribuir para a manutenção do poder do empresariado, da Igreja e do Estado. Nesse empreendimento:

O Estado, agindo como centro de decisões relativamente autônomo orientado para a manutenção do equilíbrio do sistema indispensável à acumulação capitalista,

não atuará apenas como receptor de pressões do empresariado para que assuma inteiramente os encargos. Nesse sentido, como criador de economias externas para o empresariado industrial, o Estado assume progressivamente a educação elementar da população, assim como financia atividades educacionais profissionalizantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 269).

Em suma, o Estado contribuía, juntamente com a legitimação dessas instituições de cunho assistencial e profissionalizante, para a qualificação da força de trabalho dos trabalhadores, destinando essa educação exclusivamente às unidades de produção industrial.

Outras importantes instituições, como a Fundação Leão XIII e o Serviço Social da Indústria (SESI), também foram campos de atuação de assistentes sociais por muito tempo. Essa atuação, no entanto, era controlada pelas imposições do Estado e do empresariado burguês que detinham o poder frente a criação e legitimação dessas instituições perante a sociedade. Assim,

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se no momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho - entendido o assistente social como profissional que domina um corpo de conhecimentos, métodos e técnicas - é um projeto ainda e estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos assistentes sociais formados nas escolas especializadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 327).

Dessa forma, para concluir a discussão sobre o processo de gênese do Serviço Social no Brasil até sua institucionalização, foi notório que todo esse contexto, especialmente a partir da década de 1930, pode ser considerado o momento em que a profissão surge com um viés de contribuir para o disciplinamento e controle social dos trabalhadores. Já legitimada, a profissão passa a se preocupar com sua legitimidade perante sua clientela, tornando premente uma autojustificação para a prática profissional. Nessa circunstância:

Os Congressos e Seminários aparecem como acontecimentos extremamente importantes para o desenvolvimento de estratégias de confirmação e autojustificação. Por reunirem os principais setores interessados a instituição - delegados do meio profissional, das escolas especializadas, das entidades assistenciais, do aparelho do Estado e do empresariado - constituem-se em momentos privilegiados para explicitar a atuação da instituição. [...] é também

um momento em que aqueles intelectuais podem sugerir retificações e reafirmar a legitimidade da instituição (IAMAMOTO; CARVALHO, 345).

É nesse prisma que o Serviço Social passa a questionar sua prática profissional diante de sua clientela, tendo nos congressos e seminários organizados pela profissão um momento oportuno para discutir, propor e rever seus conceitos e posicionamentos. Os congressos e seminários começaram a ser realizados a partir da década de 1940, mas é somente na década de 1960 que eles ganham visibilidade a partir da expansão da concepção desenvolvimentista. Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 365), pontuam que era urgente:

[...] a realização de uma reforma institucional: ante a inadequação das instituições vigentes — as normas e mecanismos institucionalizados — o ritmo de mudança se encontra entravado. Essa reforma não deverá voltar-se apenas para as instituições legais; deve passar, também, pelo regime de propriedade, atingindo aquelas cujo subaproveitamento ou não aproveitamento produtivo, que representam áreas extensas, são responsáveis pela marginalização social, econômica e políticas de amplas parcelas da população, justificando-se assim as desapropriações por interesse social.

Foi a partir desse contexto que surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Para adentrar essa discussão, uma das principais referências é o autor José Paulo Netto, que através de sua tese de doutorado, construiu uma das maiores reflexões sobre esse movimento que modificou os rumos da profissão no Brasil.

Todavia, Iamamoto (2014, p. 205) acrescenta que esse movimento “[...] é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, o qual implica um questionamento da profissão: de seus fundamentos teóricos, da direção social que busque novos fundamentos teórico-metodológicos”.

Netto (2005) afirma que para se discutir os rumos do Movimento de Reconceituação é necessário entender a conjuntura histórica do Brasil a partir da década de 1960. A Ditadura Militar, ou chamada pelo autor como o período da autocracia burguesa, representou um momento de novas condutas do Estado e conseqüentemente, exigiu da sociedade novos comportamentos.

Esse processo de renovação do Serviço Social se deu, especialmente, sob a autocracia burguesa. Por isso, compreender como se organizou esse momento é fundamental. Nesse sentido, o pilar do golpe de Estado que culminou o início da Ditadura Militar no Brasil:

[...] inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, escrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (NETTO, 2005, p. 16).

Essa contrarrevolução tinha como objetivo maior conter a expansão e desenvolvimento da internacional comunista, além de adequar aos países subdesenvolvidos a concepção estadunidense de referência capitalista, imobilizando grupos políticos que se opusessem a hegemonia do sistema capitalista e se enquadrarem socialistas.

Os resultados gerais da contrarrevolução preventiva, onde triunfou, mostraram-se nítidos a partir da segunda metade da década de 1960: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacionais-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista (NETTO, 2005, p. 17).

Dessa forma, os objetivos da chamada contrarrevolução podem se resumir no seguinte: conter o avanço comunista e instaurar em escala planetária uma racionalidade anticomunista. O chamado golpe de abril de 1964, que representou o evento cujo objetivo foi apresentado anteriormente, contextualiza internacionalmente a consolidação da contrarrevolução preventiva brasileira. Porém, para entender como aconteceu o golpe de 1964, voltamos em março do mesmo ano, onde começou o projeto para derrubar o então Presidente da República João Goulart.

Com o objetivo de fortalecer o seu governo e promover uma agenda política reformista, Jango realizou um grande comício, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que ficaria conhecido como o Comício das Reformas de Base, no qual anunciou para cerca de 150.000 trabalhadores um projeto de reformas estruturais - bancária, administrativa e agrária. Mas, o ato criou pânico nos conservadores, que contra-atacaram com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964 (SILVA, 2009, p. 28).

Essa marcha se opôs ao posicionamento de Jango com a justificativa já inserida na racionalidade do país de um anticomunismo. Assim, essa camada, que era composta majoritariamente por setores da classe média brasileira, passou a ser favorável à deposição de João Goulart. Foram realizadas, além da Marcha da Família, outras diversas manifestações organizadas pelo clero e por grupos de mulheres.

Foi a partir deste momento que o projeto golpista, organizado pelos militares e financiado pelo imperialismo e a concepção de barrar o avanço comunista nos países latino-americanos, começou a se operacionalizar. Além disso, como visto, o apoio dos setores da classe média e conservadores foram fundamentais para instaurar o golpe de Estado.

O fato de muitos civis e militares considerarem o golpe apenas como uma efêmera intervenção das Forças Armadas nas atividades do governo e não como a tomada política da máquina do Estado assinalava a extraordinária capacidade do bloco multinacional de articular frações variadas acima de suas diferenças específicas, bem como acima e além de sua própria concepção do processo. A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem nua sociedade apresentada como infestada pelo caos e corrupção, de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção de forças populares, e outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças socioeconômicas populistas e seu bloco dominante (DREIFUSS, 1981, p. 143).

Nesse sentido, é perceptível o quão rápida a racionalidade capitalista e golpista ganhou força e aceitação dentro da sociedade, tal qual nem precisou ser compreendida de forma abrangente para ganhar legitimidade social. João Goulart foi deposto em 31 de março de 1964 e o então presidente da Câmara dos Deputados assumiu a presidência. No período de 1964 a 1985, o Brasil viveu uma onda de governos autoritários. Em síntese, esses governos, através dos atos institucionais, apoiaram o fortalecimento do aparelho repressivo do Estado ditatorial.

Na época, o Serviço Social, que começava a organizar sua renovação, não estava desvinculado dos desdobramentos desse cenário. Pelo contrário, muitas assistentes sociais que resistiram a esse contexto de repressão, foram duramente reprimidas, conforme assinala Ana Maria Tereza Fróes Batalha, estudante de Serviço Social na época:

Eu, como representante eleita em assembleia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, assim como todos os estudantes, fui

enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Por ser estudante de universidade particular, pude prosseguir os estudos, enquanto companheiros da Universidade Federal tiveram suas matrículas canceladas, trazendo-lhes transtornos ainda maiores. As limitações decorrentes do enquadramento, para mim, duraram aproximadamente três anos e foram superadas após contratação de advogado, quando pude circular livremente sem precisar prestar contas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), tirar habilitação para dirigir e, por fim, trabalhar (CFESS, 2017, p. 19).

A procura do Estado repressivo aos resistentes e subversivos, fez com que muitas pessoas, inclusive estudantes de Serviço Social saíssem do país. No entanto, o fenômeno mais característico da relação da autocracia burguesa com o Serviço Social está em sua renovação, pois contraditoriamente, a autocracia burguesa “[...] criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (NETTO, 2005, p. 129). Esse é um período que:

No âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas autorrepresentações).

Esse é o contexto em que surge o Movimento de Reconceituação, iniciado na década de 1960, o Serviço Social tradicional, baseado nas diretrizes da doutrina social da Igreja Católica passou a ser questionado e, por conta disso, entrou em crise. Esse foi um momento em que houve várias contestações acerca do modo de produção capitalista e o Estado, através do empresariado burguês, precisava reestruturar as respostas para essas reivindicações.

O Serviço Social, em seu processo de profissionalização, foi marcado pela tradição positivista, cuja base é o pensamento conservador, vertente fundadora das Ciências Sociais. Adentrando a década de 1960 com a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, no Rio de Janeiro, em 1961, com o tema “O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”, os assistentes sociais começavam a desenvolver um intenso processo de discussões internas na busca de um novo perfil profissional (SILVA, 2009, p. 80).

Em busca desse novo perfil, surgiram diversas perspectivas que objetivavam compor esse processo de renovação da categoria que será discutida posteriormente.

Resumidamente, para apresentar o cenário de forma objetiva, Yamamoto (2014, p. 217) declara:

O aprofundamento da expansão monopolista, com as alterações que provocou no processo de produção (desenvolvendo-o tecnologicamente e alterando os processos de trabalho), na reorganização do aparelho de Estado com irradiação no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade), criou as condições históricas que tornaram possível a gestação, no interior do período ditatorial, dos pilares do novo perfil da categoria profissional. Consolida-se um mercado efetivamente nacional para os Assistentes Sociais, amplia-se o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino pública e privadas. Realiza-se a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Instala-se a pós-graduação “stricto sensu” nesta área profissional, criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente.

Nessa diversidade de perspectivas, representada pela pluralidade de concepções que para Netto (2005, p. 127) representam um “[...] caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confrontos, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas e proposições de formação alternativas”. A primeira direção do processo de renovação do Serviço Social foi a perspectiva modernizadora. Essa perspectiva se caracteriza como:

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra no auge de sua formulação nos textos dos seminários de Araxá e Teresópolis (NETTO, 2005, p. 154).

Essa perspectiva emoldura uma tecnificação do Serviço Social a vieses ditos modernos, mas não se apresenta capaz de superar ou negar os valores e concepções mais tradicionais que integram a prática profissional do assistente social. Por isso, a perspectiva modernizadora teve sua hegemonia questionada na profissão ainda na década de 1960, pois:

De uma parte, seu conteúdo reformista (recorde-se que ela incorpora o vetor do reformismo próprio ao conservantismo burguês) não atende às expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos

historicamente assumidos pela profissão. [...] De outra, seu traço conservador e sua colagem à ditadura incompatibilizam-na com os segmentos profissionais críticos, quer em face da autocracia burguesa, quer em face dos seus substratos teóricos (NETTO, 2005, p. 157).

No segundo lustro dos anos setenta, surgem outras expressões de concepções teóricas que objetivam compor o processo de renovação do Serviço Social. A segunda perspectiva elencada por Netto (2005) que compõe esse movimento de renovação se caracteriza como reatualização do conservadorismo, que se manifesta na contraditória e complexa posição entre ruptura e continuidade do conservadorismo presente na gênese do Serviço Social brasileira. Essa perspectiva:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, essa perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional (NETTO, 2005, p. 157).

Ou seja, é uma vertente que se fideliza novamente a influenciar a prática profissional do assistente social sob bases que a distancie de posicionamentos críticos, instrumentalizando requisições fortemente psicologistas e baseando-se em uma concepção de humanização cristã tradicional.

Com a crise da autocracia burguesa, iniciada entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, os movimentos sociais passaram a demonstrar sua força no campo político e social. Nesse movimento, o Serviço Social se alia aos movimentos sociais e inicia a construção de um projeto profissional que pudesse romper, sem desvio, com o conservadorismo.

Como mencionado, essa denúncia ao caráter conservador presente na profissão não inicia somente nesse período, mas desde o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. No entanto, “[...] o trânsito dos anos setenta aos oitenta, porém, situou essa problematização num nível diferente na escola em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira” (NETTO, 2005, p. 149).

É nessa ocasião, mobilizada pelos movimentos sociais e pela universidade, que surgiu a terceira perspectiva apresentada por Netto (2005) como a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Essa vertente do Movimento de Reconceituação:

[...] manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conversador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. Na sua evolução, ela recorre progressivamente à tradição marxista e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: sua imersão inicial (configurada no célebre Método Belo Horizonte) na primeira metade da década de setenta, permaneceu por longos anos um signo isolado (NETTO, 2005, p. 159).

Esse isolamento se deu pelo contexto repressivo da Ditadura Militar no Brasil. É claro que posicionamentos contrários à ordem capitalista não iriam ser socialmente aceitos e, por isso, deveriam ser reprimidos e extintos da sociedade. É somente com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, que essa perspectiva ganha visibilidade e maior incidência teórico-metodológica na categoria do Serviço Social. Um dos grandes marcos dessa perspectiva é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, popularmente conhecido como “Congresso da Virada”. Na época, foram convocados assistentes sociais de todo país pela Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba e Litoral Norte, conforme apresenta a figura a seguir:

Figura 1 - Jornal Nova Meta da Associação dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba em Outubro de 1979



Esse evento convocou os profissionais de Serviço Social a sua real posição na sociedade, baseando-se na perspectiva da intenção de ruptura que tinha como principal referência o marxismo. Nesse evento foi possível se discutir sobre a condição do assistente social no modo de produção capitalista como um profissional que vende sua força de trabalho e pertence à classe trabalhadora. No entanto, como a conjuntura da autocracia burguesa ainda estava em funcionamento:

[...] a polarização, expressa pelo movimento de reconceituação de aproximação com as lutas sociais versus defesa da ordem, vista em muitos congressos latino-americanos, manifestou-se claramente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo, em setembro de 1979. A organização oficial do Congresso, estabelecida pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), foi reestruturada pela assembleia geral em que predominava a ação das associações profissionais. Nessa reestruturação, a comissão de honra, constituída por ministros de Estado, foi substituída pelos trabalhadores brasileiros e na sessão de encerramento, em vez de ministros, falaram líderes operários e metalúrgicos (entre os quais Lula), dos movimentos populares, do movimento pela anistia e do movimento contra o custo de vida (FALEIROS, 1981, p. 119).

Apesar dessas particularidades, o Congresso da Virada tem uma significativa importância para a expansão da perspectiva de intenção de ruptura. Isso porque, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira passou pela chamada crise da autocracia burguesa, as forças e mobilizações sociais se rearticularam e questionaram as condições de vida dos trabalhadores.

Com as intensas reivindicações pela redemocratização do país, a metade da década de 1980 representou o apogeu da crise da autocracia burguesa no Brasil. Apesar da repressão por parte do Estado ditatorial ter aumentado, os movimentos sociais não retrocederam no desejo de eleições diretas para presidente da República.

Com a redemocratização do país, iniciada pelas eleições de janeiro de 1985 e consolidada pela Constituição Federal de 1988, o país saiu de um dos contextos mais repressivos de sua história. Esse contexto reconfigura a sociedade brasileira e, conseqüentemente, apresenta novos rumos para o Serviço Social contemporâneo.

2.1 O Serviço Social na contemporaneidade

O Serviço Social contemporâneo pode ser compreendido a partir da hegemonia da concepção teórico-metodológica intenção de ruptura que estruturou as

principais referências ético-políticas e técnico-operativas da profissão até a atualidade na sociedade brasileira.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmica profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 04).

Essa nova feição foi concretizada no aparato das regulamentações profissionais vigentes, como: Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993; Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. Essa materialidade ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa é oriunda do processo de renovação crítica do Serviço Social. Esse processo, sobretudo, faz com que a profissão, na cena contemporânea, compreenda criticamente que sua intervenção está pautada:

Sob a égide do capital financeiro, a nova face da internacionalização da economia - a globalização - redimensiona a divisão internacional do trabalho, em um contexto de crise de larga duração que, desde a década de 1970, vem atingindo a expansão capitalista. Na contratendência desses processos, desencadeia-se uma ampla reestruturação produtiva - incorporando os avanços da ciência e da tecnologia de ponta - acompanhada nas formas de gestão da força de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 07).

Esse cenário impõe novas condições de trabalho para o assistente social, onde o profissional passa a ser requisitado a partir de suas condições objetivas e subjetivas, a analisar o modo de produção capitalista. Isso só é possível, como foi visto anteriormente ao se discutir o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, pela aproximação da profissão com o marxismo. Por isso, a profissão passa a entender que é nesse contexto:

[...] da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada (NETTO, 2005).

Assim, esse novo padrão social, baseado também em um novo ciclo de acumulação do capital, requisita do Serviço Social novas respostas às novas expressões da velha questão social. Essas expressões demandam dos assistentes sociais iniciativas coletivas, diante da efetivação dos direitos sociais mencionados na Constituição de 1988 e só implementados através das políticas sociais. Apesar de historicamente o assistente social está lidando com a implementação de políticas públicas, é importante citar que, na atualidade:

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado, suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 05).

Porém, com as alterações no padrão da acumulação capitalista sob a hegemonia do capital financeiro, os espaços de atuação do assistente social se redefiniram e consubstanciaram novos desafios cotidianos para o profissional. A partir da década de 1990, o Brasil se compromete com o neoliberalismo. Isso faz com a relação entre o Estado e a sociedade civil se modifique. Esse novo padrão introduz nas relações:

[...] novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social, assim como nas formas até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado, por meio das políticas sociais públicas e empresariais, dos movimentos sociais e sindicais e demais iniciativas da sociedade civil. Implicam radicais mudanças na divisão social e técnica do trabalho, afetando, além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho. Atingem, assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho na sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 113).

Sendo assim, o trabalho do assistente social vai ser impactado com o neoliberalismo, visto que a intervenção do Estado passa a ser mínima e as expressões da questão social, que é o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional, se tornam mais evidentes. Essas expressões vão se manifestar desde o desemprego até a

precarização das relações de trabalhos, inclusive do sucateamento e da precarização dos espaços de trabalho dos assistentes sociais. Nesse contexto:

A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil. Assim, [...] a intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais que só existem na comunidade política (IAMAMOTO, 2000, p. 22).

Desta forma, o pensamento neoliberal estimula o surgimento das organizações da sociedade civil para que assim elas consigam intervir nas expressões da questão social, o que gera, segundo Yazbek (2001) a refilantropização do social e a despolitização da questão social. Portanto, a atuação situação do assistente social é de inúmeros desafios em sua prática profissional, que se encontra desafiada pelo grande capital ao mirar apenas nos grandes lucros e a manter a produtividade.

Portanto, de acordo com lamamoto (2000, p. 20), “[...] um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”. Apenas através do compromisso com o atual projeto profissional do Serviço Social onde a direção social é coletiva, que será possível construir campo democrático-popular para a efetivação desses direitos sociais.

3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: do descaso estatal ao reconhecimento de população detentora de direitos

A história da população de rua no Brasil é marcada por diversas facetas, que acompanham a história do país em fases que se distinguem tanto do ponto de vista social e econômico, quanto do ponto de vista cultural e ideológico. Atualmente, entrelaçado com complexas problemáticas sociais, a situação de rua é um fenômeno evidente. Esse fenômeno é revelado pelo quantitativo de dados, que recupera a preocupação estatal com a população em situação de rua.

De acordo com o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua³, a população em situação de rua no Brasil cresceu cerca de 16% entre os meses de dezembro de 2021 e maio de 2022. Somente em 2021, foram registrados um total de 158.057 pessoas vivendo em situação de rua.

A nível de políticas públicas, a realidade brasileira revela uma escassez para com a população em situação de rua. Na história do país, apenas algumas se fazem presentes, como: a Constituição Federal de 1988, o I Encontro Nacional da População de Rua, criado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (2005) e a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009).

A história da população em situação de rua, nesse sentido, pode ser analisada como uma problemática social que analisada desde a sociedade pré-industrial no Brasil, revela um fenômeno que só se potencializa e não tem a devida atenção necessária por parte do Estado.

Se formos analisar historicamente, desde o século XIX, com a sociedade ainda apoiada em bases escravagistas, a população negra foi um grande alvo para estar em situação de rua na época da Lei Áurea⁴. É sabido que o escravo, dentro da sociedade escravocrata, nunca foi um reconhecido como um sujeito de direitos, pois era visto como uma propriedade dos senhores (IANNI, 1994).

³ OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/index.html>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁴ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil. A princesa imperial manda as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém (BRASIL, 1888).

Nesse momento, já pode-se considerar as expressões da questão social⁵, que na escravidão, resultavam em sua maioria do regime de trabalho escravo, refletido na disparidade econômica, política e cultural entre senhores e escravos. Retomando o que foi dito anteriormente, a Lei Áurea decretou a libertação de escravos, no entanto, trouxe diversas consequências, a principal delas: um expressivo contingente de escravos “livres” que majoritariamente viviam às margens e em condições de subsistências.

Essa situação explica por que, durante o lento processo de industrialização do Brasil, evitou-se utilizar essa força de trabalho nacional disponível: hipoteticamente, aqueles que viviam da economia de subsistência não se adaptariam ao trabalho assalariado regular, e por se encontrarem dispersos, seria mais difícil recrutá-los (THEODORO, 2004, p. 67).

Nesse período, um grande contingente de ex-escravos fica às margens da sociedade e vivendo em condições insalubres, apesar do contexto de ascensão capitalista exigir trabalhadores para as fábricas, que se expandiam devido ao processo de industrialização (THEODOR, 2004). Sob essa circunstância,

[...] o Estado percebeu a necessidade de transformar o escravo liberto e o imigrante pobre em trabalhadores assalariados, submetidos à ordem do capital; e passou a intervir de maneira direta e incisiva, visando acelerar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que garantiu, por fim, a sua consolidação (CERQUEIRA, 2011, p. 68).

Com esse contexto do século XIX, que lançou às ruas e a condições indignas de vida ex-escravos, a Lei Áurea, que teoricamente foi utilizada como forma de tirar escravos da posição de dominado e explorado, contribuiu para o avanço da fome, do desemprego e, sobretudo, da ausência de moradia e de condições para garantir sua subsistência. Esses ex-escravos, em sua grande maioria, viviam pelas ruas procurando oportunidades de abrigo, alimentação e trabalho. Ainda quando

⁵ A questão social, datada da metade do século XIX, quando a classe operária desperta no cenário político da Europa Ocidental com certa mobilização, é expressa em diversas manifestações. Essas manifestações têm como contraponto a Lei Geral da Acumulação Capitalista, configurando-se como parte constitutiva do capitalismo que, nos diferentes estágios, produz distintas manifestações, entre as quais, a pauperização, a exclusão e as desigualdades sociais. Nesse sentido, as expressões da questão social representam um conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que desponta com o surgimento da classe operária e das relações sociais capitalistas, refletindo suas contradições e exigindo, no seu enfrentamento, a afirmação de políticas sociais de caráter universal e o chamamento à responsabilidade do Estado (IAMAMOTO, 2014).

conseguiam se inserir nos mercados, as condições de trabalho eram desgastantes e insalubres (MARICATO, 1997).

Dessa forma, o fim da escravidão, fundamentado pela promulgação da Lei Áurea, apesar de ter se configurado como um ato que visava retirar escravos da exploração escravocrata, muito refletiu um dos momentos iniciais do fenômeno da população em situação de rua no Brasil.

Cirqueira (2011) afirma que além dessa conjuntura da escravidão no país, outra particularidade da ascensão da população em situação de rua no Brasil é a questão sanitária-higienista⁶. Essa era uma questão latente no século XIX, quando médicos acreditavam que todas as problemáticas, inclusive as sociais, deveriam ser analisadas a partir da questão sanitária, ou seja, que o aparecimento de doenças, a própria pobreza, estava relacionada diretamente às condições de higiene da população.

Nesse sentido, certamente que essa perspectiva não iria impactar a burguesia, ou quem possuía as condições mínimas para garantir sua subsistência, tendo moradia, acesso à alimentação, ao saneamento básico, dentre outros, mas sim na população mais pobre, negros, pessoas em situação de rua e outras minorias sociais da época. Esses médicos, tinham como objetivo central:

[...] estabelecer normas e hábitos que conservassem a saúde da população, mas evidentemente pensando na saúde e bem-estar das elites. Sendo assim, as políticas de saúde e saneamento propostas pelos sanitaristas não eram viáveis sem o apoio e fortalecimento da autoridade do Estado. O cortiço tornou-se o alvo principal da campanha, pois era a maior expressão da insalubridade, da doença e, por conseguinte, da pobreza; além do mais, o modo de vida dos que ali moravam era favorável à propagação das epidemias (VALLADARES, 1991, n.p. apud CIRQUEIRA, 2011, p. 70).

Para a elite burguesa da época, a população mais pobre, que vivia em condições que não tinham saneamento básico, colocavam em risco à situação de saúde de toda a população. Para Valladares (1991), esse risco à saúde da população, sobretudo das elites burguesas, não era apenas em relação à disseminação de doenças, que apareciam demasiadamente no início do final do século XIX e início do século XX, mas também principalmente na questão moral.

⁶ A origem dos temas referentes ao movimento higienista teve início, no Brasil, no fim do século XIX e início do XX, visto que este tinha como objetivo uma modificação no comportamento da população brasileira. Os médicos higienistas tinham a responsabilidade de cuidar da saúde e da higiene do indivíduo e do país de certa forma, pois acreditavam que grande parte dos problemas da nação estava relacionada a questões sanitárias (FERNANDES; OLIVEIRA, 2014, p. 02).

No século XX, essas ações higienistas, bem como estereótipos associados a pessoas vivendo em situação de rua foram se expandindo e a sociedade já reproduzia diversos preconceitos contra essa parcela da população. É apenas com a redemocratização do país, iniciada na década de 1980, que essa população começa a ser vista por parte do Estado, porém ainda de forma muito isolada.

Nos próximos subcapítulos, as discussões resgatam as particularidades sócio-históricas de como a população em situação de rua foi vista, tanto do ponto de vista social quanto do Estado, ao longo dos anos. Essa ênfase a historicidade dos fatos revelam a necessidade desse retorno, pois nem sempre a população em situação de rua foi tratada de uma forma linear e fixa, mas sim com uma diversidade social, política, econômica e cultural.

3.1 Os mendigos como componentes das “classes perigosas”

No Brasil, é nítido que desde o processo de colonização do país, a Igreja Católica exerce um papel influente nas relações sociais. Essa influência, no entanto, se dá de diferentes formas, acompanhando as estruturas da sociedade e as imposições da ordem burguesa. Nesse sentido, a população em situação de rua, historicamente, foi alvo de cristãos no que se refere à caridade e ao assistencialismo (SILVA, 2006).

[...] impelidos pela concepção cristã, grupos de voluntários católicos praticam uma assistência baseada na ideia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais, assistência essa que não visa interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo essa concepção, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão para com os desfavorecidos, demonstrando, assim, um espírito nobre (SILVA, 2006, p. 327).

É importante frisar que como frisado, a população em situação de rua era vista como “mendiga”, do verbo mendigar: o mesmo que esmola, pede, implora, solicita, suplica (DICIO, 2022). Essas pessoas, na época, viviam às margens da população e sob uma variedade de estereótipos, a maioria associados à criminalidade e dependência a substâncias psicoativas.

É nítido que a abolição da escravidão não representou melhoras nas condições de vida da população negra e escrava. Sem nenhum tipo de auxílio do Império para essa população liberta, nada poderia ser resolvido. As ausências giravam em torno

de toda a sua vida: ausência de educação, de trabalho e renda, de alimentação, dentre outros. Uma simples emancipação, garantida por Lei, nada mudou a condição subalterna e de submissão do povo negro escravizado.

Às margens da sociedade, ex-escravizados tinham algumas alternativas de habitação, os cortiços. Estes, representaram as primeiras habitações coletivas no Brasil e se caracterizavam como o conjunto de duas ou mais habitações que se vinculam entre ruas públicas e que se apresentam como uma possibilidade de moradia para mais de uma família (CHALHOUB, 1996).

Como discutido, a questão higienista-sanitária dá contribuições importantes para este subcapítulo, tendo em vista que essa é uma discussão que leva a compreensão de que a população em situação de rua, através de amplos estereótipos e preconceito, era vista como uma “classe perigosa”.

[...] como capital do Império e como Distrito Federal, foi criada no Rio de Janeiro uma composição social de classes heterogênea, uma vida cultural mais ativa, com uma relativa autonomia, onde as classes trabalhadoras sempre conviveram com um poder centralizador e com outros diferentes grupos populares – relativamente autônomos – que muitas vezes eram reprimidos como contraventores. As práticas de controle social sobre as “classes perigosas” perseguiam e reprimiam as rodas de samba, a prática da capoeira, as práticas de umbanda e outros sincretismos. A separação territorial, política e cultural do “mundo do morro” e do “mundo do asfalto” esteve presente na história da cidade do Rio de Janeiro. Somente a partir dos anos trinta e quarenta do século XX é que, gradualmente, foi havendo uma aproximação do mundo popular carioca com a classe média (DORNELLES, 2003, p. 132).

Com as orientações dos médicos, orientados pela perspectiva sanitária, de que as condições de higiene contribuíam, ou não, para a disseminação de doenças, de vícios e maus costumes, as elites burguesas, e até mesmo a população ainda pobre, mas que possuía condições de sobrevivência mais elevada, disseminavam a ideia de que a população em situação de rua representava um perigo para a sociedade. Por isso:

O local que os médicos apontaram como o foco das epidemias era, portanto, o palco para o desenvolvimento desenfreado do vício e do crime, pois ali se concentravam as “classes perigosas”. Tanto na Inglaterra vitoriana, como na França e no Brasil, essa expressão foi utilizada como sinônimo de classes pobres, ou seja, o fato de ser pobre tornava o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade.

Além das condições de higiene, outro fator foi importante para consolidar, no imaginário social da população, a ideia de que a população em situação de rua representava um perigoso. Esse fator está ligado a uma sequência de revoltas e reivindicações populares que se desencadearam a partir do final do século XIX e início do século XX, como por exemplo a Revolta da Vacina em 1904⁷ (CERQUEIRA, 2011).

A Revolta da Vacina ficou conhecida como uma prova do descontentamento da população em relação à truculência e imposição das campanhas governamentais, além da situação de penúria em que se encontravam. O sanitarista Oswaldo Cruz foi o médico que chefiou a campanha de vacina e desinfecção da cidade do Rio de Janeiro. A população se revoltou e se preparou com paus e pedras para enfrentar as forças do governo. A Revolta da Vacina transformou as ruas do Rio de Janeiro em palco de batalhas durante vários dias e foi reprimida duramente. Grande parte da massa “sobrante” das ruas da cidade - desempregados, pedintes, pessoas sem documentos - foram banidos para outros estados (MARICATO, 1997, n.p. apud CERQUEIRA, 2011, p. 71).

Com esse cenário, muitas pessoas que viviam em situação de rua foram impactadas, tendo em vista que culturalmente aqueles desdobramentos contribuíram para a expansão de certa repulsa e medo da população para com pessoas que estavam nas ruas e sem moradia. Daí começa o desenvolvimento de uma política de saneamento que, legitimada pelo Estado e pela sociedade, centrou as ações em medidas majoritariamente higienistas, com destaque: expulsar de áreas consideradas centrais os pobres, mendigos e negros para “harmonizar” o ambiente, visto que estes representavam uma ameaça para a saúde da população e, sobretudo, para a ordem e moral do país (MARICATO, 1997).

Para Maricato (1997) essa política de saneamento, baseada na perspectiva higienista, tinha também como objetivo, ainda que de forma velada, substituir os chamados cortiços⁸ para empreendimentos imobiliários, o que contribuiria com a

⁷ A Revolta da Vacina é um movimento comumente citado como tendo sido uma reação de cunho exclusivamente popular, encorajada pelo descaso das autoridades para com a higiene e a saúde. Esse “abandono urbano” pelo qual passava o Rio de Janeiro não foi combatido apenas com soluções práticas e diretas de higienização de casas, ruas e mercados, mas com uma lei que instituiu a obrigatoriedade da vacinação, provocando desconforto popular diante da agressividade da medida, elemento, teoricamente, propulsor da revolta (CRESCÊNCIO, 2008, p. 01).

⁸ No imaginário popular, cortiços eram o que existia de pior como moradia nas cidades brasileiras. Enraizado na nossa cultura e registrado no clássico de Aluísio Azevedo, cortiços eram moradias insalubres e dilapidadas, onde doenças se proliferavam, onde habitava a escória da sociedade e onde proprietários exploravam os moradores com aluguéis abusivos. Tão forte é esta noção que, historicamente, a solução simplista, de São Paulo a Recife, foi a proibição e a destruição dos cortiços como medida de “saúde pública”. No seu lugar, vias largas atravessavam os cortiços como na Reforma Passos, no Rio de Janeiro, abrindo o caminho para uma cidade mais “arejada”, noção importante na

expansão dos lucros capitalistas e com a construção de novos espaços sem essa classe considerada perigosa.

Essa perspectiva se sustentou por vários anos, inclusive no século XX. Na década de 1930, com a expansão da industrialização do Brasil e, conseqüentemente, do processo de urbanização, os cortiços foram extintos.

Justificando todas as suas ações nas condições de insalubridade, o Governo foi extinguindo os cortiços gradativamente, e sem ter para onde ir, grande parte dos seus moradores subiram para os morros, portando consigo restos de materiais de construção “generosamente” cedidos pelo Estado. Assim, em meio ao processo de autoconstrução de casas nesses morros, surge um novo tipo de moradia: as favelas (CIRQUEIRA, 2011, p. 78).

Com o surgimento das chamadas favelas, nada se foi feito para que a realidade da população pudesse ser melhorada no que se refere às melhores condições de vida ofertadas pelo Estado. Tudo continuou da mesma forma: ausência de infraestrutura urbana, como: água, luz, esgoto, coleta de lixo, dentre outros (SILVA; BARBOSA, 2005). Assim,

Se invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade civil, poderiam permanecer no local sem maiores problemas, caso contrário, as ações eram conduzidas de maneira diferente. A favela é uma cidade dentro da cidade, onde não se pagam impostos, mas também não se tem qualquer direito social garantido. O discurso higienista, tão presente na época dos cortiços, foi transferido para as favelas, construindo novamente uma imagem negativa do local e seus moradores.

Ou seja, o que é verificado é que há uma explícita perseguição do Estado burguês, através de critérios morais e higiênicos, em extinguir para o pobre, negro e escravizado, a possibilidade de garantias para uma vida digna. Sem alternativas de moradia, as pessoas passam a ocupar massivamente as ruas.

Nesse contexto, de acordo com Maricato (1997), o Estado burguês passa a interferir quase que completamente na industrialização do país e em processos referentes a ela. Além disso,

[...] iniciou-se a efetiva regulação do trabalho. Os setores dominantes passaram a admitir a política como uma possível solução aos problemas sociais e como uma nova forma de prevenir mostras de insatisfações, a fim de evitar a interferência da polícia. Entretanto, sobretudo nos anos do

saúde pública no passado, que acreditava que a aglomeração e os “ares ruins” da “miasma” ajudavam a proliferar doenças (LING, 2018, n.p.).

populismo e do militarismo, vários aspectos permaneceram sendo considerados casos de polícia, como as manifestações sociais de setores populares do campo e da cidade (IANNI, 1994, p. 43).

Para as elites burguesas, bem como para o governo de Getúlio Vargas, essas manifestações operárias e camponesas eram uma ameaça para a ordem da sociedade, bem como para a promoção da paz e da segurança. Porém, com a artimanha dos poderes de segurança pública, o Estado, através da tentativa de reprimir as reivindicações da população mais pobre e trabalhadora, agiu sem desvios, com repressão e violência contra quem se rebelava a ordem estabelecida (IANNI, 1994).

É indubitável que o pobre quase sempre era tratado com repressão e violência, haja vista que existia uma cultura que o associava ao crime, embora na maioria das vezes isso não correspondesse à realidade. A prioridade era manter ordem social por meio do controle social da população, e para isso, com frequência, a polícia era chamada (CIRQUEIRA, 2011, p. 73).

Portanto, os “mendigos”, representados pelas pessoas que viviam em situação de rua no século XIX e até meados do século XX, foram duramente reprimidos e reconhecidos como fonte de crimes e vícios, responsáveis pelo estado de pobreza e miséria em que viviam. Em sua totalidade, “[...] eram vistos como doentes que produziam a sua própria doença, não querendo dela “se curar”, e levando uma existência indisciplinada que trazia ameaças à ordem social” (SANTOS, 2009).

3.2 Redemocratização do Brasil e a provisão de direitos à população em situação de rua

Um dos grandes protagonistas no processo de redemocratização do Brasil foram os movimentos sociais. Durante um período de aproximadamente 21 anos (1964-1985), o país vivenciou um dos momentos mais repressivos de sua história, de ataque às instituições democráticas e contra o Estado Democrático de Direito: a ditadura militar brasileira⁹. Analisar o papel desses movimentos nesse período da história,

⁹ A ditadura militar brasileira foi instituída por meio de golpe de Estado em 1º de abril de 1964, utilizando-se de instrumentos excepcionais para perseguir, prender, torturar e matar aqueles que se opusessem ao regime. Todo cidadão “suspeito” era considerado, antes de tudo, um subversivo em potencial (NETTO, 2005, p. 19).

[...] torna-se necessário, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Isso permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva para o resgate da memória e do entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade (SILVA, 2009, p. 102).

Desde então, até 1985 o país foi governado, exclusivamente, por militares. Os atos institucionais (AI), foram um dos principais instrumentos de articulação e implementação das decisões políticas autoritárias da época. De acordo com Silva (2021), os atos institucionais eram, em síntese, um mecanismo jurídico para neutralizar as diretrizes da Constituição Federal de 1946.

Durante anos de perseguição política, pois o regime vigorou até março de 1985, muitos estudantes, professores e trabalhadores que lutavam pelos seus direitos foram presos, torturados e exilados do país, incluindo assistentes sociais e estudantes de Serviço Social envolvidos nos movimentos estudantis. Após o golpe militar, o movimento estudantil foi tratado como ameaça à ordem do Brasil, sendo atacado através de perseguições, torturas e prisões de estudantes (SILVA, 2009, p. 49).

Como mencionado anteriormente, os movimentos sociais exerceram um papel fundamental para a derrubada do regime autoritário, exigindo a retomada da democracia e de eleições diretas. Apesar de toda ação repressiva executadas pelos órgãos de segurança, partidos e organizações sociais de esquerda, como o movimento estudantil e algumas categorias profissionais, começaram a se organizar politicamente para reivindicar seus direitos (SILVA, 2009).

A luta contra a ditadura ocorreu junto aos jovens, através dos movimentos estudantis, que ganharam força em 1968, e, também, junto aos professores universitários e demais trabalhadores, inclusive os de chão de fábrica, (através das suas organizações, muitas vezes ocorridas no próprio local de trabalho). Nesta época, houve flagrante violação aos direitos fundamentais mínimos dos cidadãos, especialmente no tocante ao direito à liberdade. Na história do Brasil, assim como na história de todos os países na contemporaneidade, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos. Em nosso processo histórico, o meio estudantil nas lutas serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentimento nacionalista frente à dominação colonial, impulsionou as lutas pela Abolição da Escravatura e pela República e participou de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país neste século (FILHO, 1991, n.p. apud SILVA, 2009, p. 50).

Com a expansão das mobilizações pela redemocratização do país, os movimentos eram duramente reprimidos e perseguidos. Para os autoritários, essas

manifestações representavam o auge da ilegalidade e perversidade de subversivos que eram contra a ordem e moral. Nesse processo de luta pelo restabelecimento da democracia, milhares de pessoas foram mortas, presas e torturadas, onde a violência era “[...] enraizada, costumeira, institucionalizada, positivamente valorizada e moralmente imperativa” (ADORNO, 1995, p. 236).

Nesse contexto, os movimentos sociais exerceram suas mobilizações e, apesar de toda a repressão, foram instrumentos de consolidação das discussões sobre uma nova constituinte que pôs fim aos duros anos de repressão militar no Brasil. Conforme apresenta a figura a seguir, as manifestações carregavam mensagens de esperança e de mudança do autoritarismo para a democracia:

Figura 2 - Movimentos sociais nas ruas pela redemocratização do Brasil, na década de 1980



Fonte: arquivo da WEB

Além de todas as mobilizações contra a ditadura militar, o chamado “milagre econômico” também representou um momento decisivo para o enfraquecimento do regime autoritário. Esse milagre econômico pode ser caracterizado como o momento em que muitos setores governamentais começaram a questionar as bases da governabilidade ditatorial, fazendo com que diferentes frações da elite burguesa comecem a exigir maior participação nos processos decisórios, disputando espaços de poder (SILVA, 2009).

Na década de 1980, o Brasil começa a experimentar uma diversidade de greves, como a Greve do ABC, que foi considerada ilegal e duramente reprimida pelas forças

da tropa de choque na época. Nesse mesmo momento, as mobilizações se expandindo exigindo a retomada da democracia no país com o acirramento da luta de classes, sobretudo em defesa da cidadania dos trabalhadores e de garantias coletivas e individuais (SILVA, 2009).

No plano político, a redemocratização no Brasil se consolidou com a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, em 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. Sua convocação foi resultado do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. O presidente, entretanto, morreu antes de assumir o cargo. Ficou nas mãos de José Sarney (1985-1990), o vice-presidente eleito indiretamente, assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia. Os trabalhos da Constituinte foram encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira (OLIVEIRA, 1993, n.p. apud SILVA, 2021, p. 100).

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Carta Constitucional, também conhecida como Constituição Cidadã, que reconheceu inúmeros direitos sociais e resgatou o Estado Democrático de Direito no Brasil, bem como preconizou um novo pacto político pela preservação da democracia no país.

É a partir dessa circunstância que a população em situação de rua no Brasil passa a ser vista como população detentora de direitos, apesar de políticas mais específicas só começarem a ser planejadas e operacionalizadas posteriormente. Na Constituição Federal de 1988, é elencada em seu art. 1º, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como em seu art. 3º discute-se sobre a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais (BRASIL, 1988). Com isso,

A noção de “mínimo existencial”, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança (MELO, s.d., n.p.).

Dessas garantias institucionais, resultam uma diversidade de instâncias organizativas que, orientadas para um fim específico, desenvolvem políticas de estado para garantir o direito de acesso a serviços essenciais através de órgãos estatais. É nesse sentido que a ideia de “mínimo existencial” passa a ser desenvolvido no âmbito da assistência social e demais políticas públicas da Seguridade Social¹⁰ (assistência social, saúde e previdência social).

O quadro a seguir traz uma síntese dos principais marcos legislativos para a população em situação de rua no Brasil. Após o quadro, foram elencadas particularidades acerca dessa conjuntura legislativa e os desdobramentos centrais para essa população.

Quadro 1 - Histórico de Leis e Decretos brasileiros específicos para a população em situação de rua

ANO	LEI/DECRETO	CARACTERÍSTICAS
1988	Constituição Federal	Art. 5º da CF/88: Todos são iguais perante a Lei. Reconhecimento de direitos e garantias fundamentais para a pessoa humana.
2004	PNAS-NOB/Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Reconhece a população em situação de rua como detentora de direitos, no âmbito do SUAS.
2005	Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005	Dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.
2006	Decreto s/n, de 25 de outubro de 2006	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, no âmbito do SUAS.
2006	Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006	Assegura recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando o apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público, no âmbito do SUAS.
2009	Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais, o Atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Especial, o Serviço de Acolhimento Institucional e os Serviços de Acolhimento em República, no âmbito do SUAS.
2009	Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, no âmbito do SUAS.

¹⁰ A proteção social no Brasil está inserida na concepção de seguridade social, isto é, no conjunto de seguranças sociais que uma sociedade, de forma solidária, garante a seus membros. Portanto, a centralidade está no processo histórico de cada sociedade e nele o trânsito pelo qual determinadas condições sociais de dignidade e sobrevivência são asseguradas enquanto um direito social universal. A agenda de situações que são consideradas como desproteções a compor a seguridade social tem diferenciações entre as três políticas sociais. O horizonte da proteção social brasileira exige a integração das três políticas de seguridade social. Esta perspectiva significa construir linhas de conexão entre os serviços das três políticas desde a base, com uma agenda que inclua a superação das questões que estão colocadas em cada uma dessas políticas (SPOSATI, 2013, p. 659).

2010	Instrução Operacional conjunta SNAS, no âmbito do SUAS	Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no CADÚNICO.
2010	Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010	Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do piso fixo de média complexidade dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua, e dá outras providências, no âmbito do SUAS.
2011	Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	Tem como objetivo contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua.

Fonte: Silva (2021)

Como visto, a maioria dos Decretos e Leis estão ligados à política de assistência social, justamente porque a população em situação de rua encontra-se no perfil dos usuários atendidos pela assistência social, tendo em vista a extrema situação de vulnerabilidade social que muitos se encontram. O art. 203 da Constituição de 1988 dispõe que assistência social se efetivará através de políticas públicas de promoção da cidadania e garantia de direitos essenciais à pessoa humana:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, n.p.).

Apesar de já preconizada na Constituição Federal de 1988, a assistência social no Brasil só passa a ser legitimada institucionalmente a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), já na década de 1990. Essa Lei possibilitou a política uma especificidade mais ampla para sua operacionalização, tendo como objetivo:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua

integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993, n.p.).

Com a amplitude da política de assistência social, o que se pode elencar, no entanto, são as especificidades para público-alvo, que é delimitado a partir dos serviços da assistência social¹¹. No que concerne aos serviços específicos para a população em situação de rua, a assistência social dispõe, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2 - Serviços socioassistenciais para a população em situação de rua

SERVIÇOS	FINALIDADE	EQUIPAMENTO DE OFERTA
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Serviço de apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos	CREAS
Serviço Especializado em Abordagem Social	Serviço ofertado, de forma continuada e programada, a fim de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique situações de vulnerabilidade social nos territórios	CREAS ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Unidade pública que presta atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados	CREAS

¹¹ Os serviços que compõem a proteção social básica e especial seguem as regras definidas pela Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tratou da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Nela há previsão expressa de serviços aplicáveis às pessoas em situação de rua. São eles: (1) Serviço especializado em abordagem social; (2) Serviço especializado para pessoas em situação de rua; (3) Serviço de acolhimento institucional; (4) Serviço de acolhimento em república. Ademais, é importante destacar que o cofinanciamento federal para os serviços especializados às pessoas em situação de rua, na regulação atual, é ofertado para municípios com população superior a 100 mil habitantes ou municípios com mais 50 mil habitantes que integrem regiões metropolitanas (BRASIL, 2015, p. 47).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Serviço ofertado para pessoas em situação de rua com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida	Centro de Referência Especializado em população em situação de rua (CENTRO POP)
República	Serviço de acolhimento institucional que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados	República
Abrigo institucional	Serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, para adultos e famílias, para mulheres em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social	Abrigo Institucional
Casa de passagem	Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de risco pessoal e social	Casa de Passagem
Transferência de renda	Distribuição de recursos a indivíduos cadastrados no CadÚnico e que preencham os requisitos necessários para a transferência de renda	Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)

Fonte: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Além da Assistência Social, em 2009, o Executivo Federal instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua¹², trazendo para a discussão legislativa a consolidação de direitos fundamentais para a pessoa em situação de rua, como por exemplo, o acesso a segurança de renda, a convivência familiar comunitária, a acolhida, dentre outros, conforme apresenta a figura a seguir:

¹² A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) enfoca a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada. Assim, pautada por princípios e diretrizes, a PNPR propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral desse segmento da população (BRASIL, 2009, n.p.).

Figura 3 - Intersetorialidade da Política Nacional para População em Situação de Rua



Fonte: Brasil (2011)

Essas garantias, preconizadas na Constituição Federal de 1988, se concentram na responsabilidade estatal para com a saúde (art. 196); educação (art. 205); habitação (art. 182 e 183, IX); proteção à família (art. 226) e assistência social (art. 194 e 203). Nesse decreto, o art. 1º estabelece:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, n.p.).

Ademais, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelece o perfil e dinâmica da população em situação de rua, a qual adota o seguinte conceito para a definição da população em situação de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou

permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, n.p.).

Apesar dessa definição preconizada na política, o conceito sobre a população em situação de rua, de acordo com o caderno de orientações técnicas para a população em situação de rua (2011), deve levar em consideração a “[...] multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempo em que vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização”. Ou seja, existem inúmeros fatores que dificultam a consolidação de um conceito unidimensional a respeito dessa população.

Dando continuidade às características da política, a partir de seu art. 6º estabelece as diretrizes para sua operacionalização no âmbito social. Compõem essas diretrizes:

[...] III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2009, n.p.).

Toda essa circunstância de diretrizes, incide na ação integrada com vistas a construção de possibilidades e ações coletivas para a população em situação de rua no Brasil. Assim, da mesma forma, o art. 2º da Política Nacional para a População em Situação de Rua descreve que:

Art. 2.º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio. Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas (BRASIL, 2009, n.p.).

É sob esse contexto de fortalecimento das políticas públicas para as pessoas em situação de rua que surge o objeto de pesquisa de campo da presente pesquisa, trata-se do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que surgiu através Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, articulado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2011, p. 10).

Esse equipamento da política de assistência social, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, é um serviço da proteção social especial de média complexidade, o qual organiza a oferta de “[...] serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas” (BRASIL, 2009).

No Centro Pop, recomenda-se, a partir do caderno de orientação básica para os Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (2011), uma equipe técnica. Nessa equipe de profissionais, bem como de capacidade de atendimento, há a recomendação de dois (02) profissionais de Serviço Social, conforme apresenta a figura a seguir:

Figura 4 - Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Capacidade de Atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)
	01 Coordenador (a)
	02 Assistentes Sociais
	02 Psicólogos (as)
	01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional ¹³
	04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.
	02 Auxiliares Administrativos

Fonte: Brasil (2011)

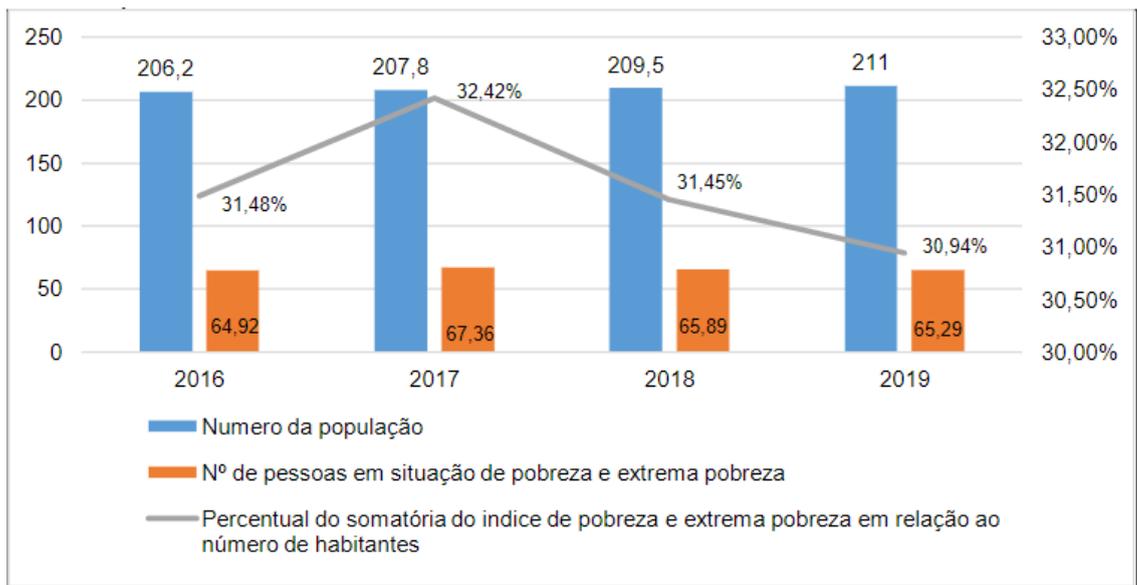
É a partir dessa delimitação que a presente pesquisa subsidiou suas análises, objetivando conhecer a realidade do assistente social em um equipamento da política de assistência social que atua diretamente com pessoas em situação de rua, que será amplamente discutida no capítulo posterior.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: especificidades de intervenção

Após a realização de toda a pesquisa bibliográfica referente à temática explorada, este capítulo apresentará a pesquisa de campo conforme é apresentado na metodologia da presente pesquisa. Antes de esmiuçar as particularidades da entrevista semiestruturada realizada com uma assistente social do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), é imprescindível situar os determinantes sociais, como o elevado índice de pobreza, da região estudada.

Embora esteja entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é um país com um grande índice de desigualdade socioeconômica. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o país tem aproximadamente 63 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza¹³, conforme apresenta figura a seguir:

Figura 5 - População brasileira x número de pessoas em situação de extrema pobreza no país



Fonte: IBGE (2021).

Como um país de escala continental, o Brasil possui regiões muito diversificadas e que apresentam peculiaridades. Apesar do nível de pobreza apresentado anteriormente considerar o aspecto macro, há regiões do país que a

¹³ Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/10/5047961-desigualdade-sera-um-dos-maiores-desafios-do-proximo-governo.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

pobreza é uma pauta urgente e necessária por consequência dos números alarmantes.

O estado do Maranhão, situado na região Nordeste do Brasil, possui um expressivo índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza¹⁴. Conforme dados do IBGE, em 2019, o estado possuía 53% da população vivendo em situação de pobreza, frente a 23% total do país. Em dados mais atualizados (2022), divulgados pelo mesmo instituto através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), apresentou um percentual de 57,90% de proporção populacional vivendo em situação de pobreza no Maranhão, frente a 29,6% do Brasil¹⁵.

O município de São Luís, situado na região nordeste do Brasil, é a capital do estado do Maranhão e compõe a chamada ilha de Upaon Açu. Além da capital, a ilha também abrange os municípios de Raposa e São José de Ribamar. Conforme apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há aproximadamente cerca de 1.115.932 habitantes na cidade de São Luís.

Esse grande índice populacional, que representa a 13ª capital com mais habitantes do Brasil, revela problemáticas bem complexas, que necessitam de uma intervenção estatal ampla. De acordo com dados do IBGE, divulgados pelo portal G1 Maranhão¹⁶, a região metropolitana de São Luís é a capital do país com menor renda média mensal.

Esse grande índice de desemprego, pobreza, desigualdade socioespacial¹⁷ e dentre outros, contribuem profundamente para a elevação de pessoas vivendo em situação de rua. Pois entende-se que, na sociedade capitalista:

¹⁴ O debate sobre linha de pobreza é extenso, mas em síntese, muitos se perguntam por quê medir a pobreza. Dessa forma, a resposta é bem simples. Como as políticas sociais, historicamente, estão vinculadas ao conceito de pobreza, as definições metodológicas para definir esses conceitos podem auxiliar, sem dúvidas para: a) manter os pobres na agenda política: se não há mensuração da pobreza, os pobres não existem para os tomadores de decisão e os formuladores de políticas públicas; b) orientar as políticas de combate à pobreza: políticas de combate à pobreza precisam ter, no mínimo, uma noção de escala necessária para enfrentar o problema; c) monitorar e avaliar políticas sociais: algumas políticas podem ser monitoradas por meio de surveys regulares, como benefícios previdenciários, bolsa família, dentre outros; d) avaliar a efetividade global das ações de governo e do mercado.

¹⁵ Disponível: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/04/07/sao-luis-tem-a-menor-renda-media-mensal-das-metropoles-do-pais.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁷ O conhecimento a respeito de quem produz o espaço capitalista e de como ele está sendo apropriado e usado é imprescindível para compreender como esse processo de apropriação ocorre na prática. É um pré-requisito importante para identificar, por conseguinte, os principais motivos pelos quais esse mesmo espaço torna-se locus da desigualdade. Dessa forma, [...] o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, ele tem relações com a propriedade [...] com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca e valor de uso. Assim sendo, ele não

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos (MNPR, 2010, p. 08).

Dessa forma, como as expressões de desigualdade estão cada vez mais latentes e evidentes, a população em situação de rua, bem como diversas outras problemáticas que são consequência do modus operandi do capitalismo, começam a se expandir e exigir do Estado uma intervenção. Essa intervenção, porém, diante do neoliberalismo, se gesta de forma sucateada e insuficiente para acatar a complexidade das problemáticas do sistema capitalista.

Toda essa circunstância, além do cumprimento das requisições dos parâmetros para se instituir um equipamento da proteção social especial de média complexidade, faz com que o município de São Luís tenha dois Centros POP, sendo um deles objeto de coleta de dados desta pesquisa.

4.1 A atuação do(a) assistente social no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua em São Luís/MA

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto através do Decreto nº 7.053/2009 e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é um equipamento de referência público e estatal da Política de Assistência Social e está inserida na média complexidade. Essa unidade atua diretamente com pessoas em situação de rua, o que se diferencia de outros equipamentos da assistência, como o CREAS, por exemplo, que atende uma diversidade de públicos. Nesse sentido, o Centro POP:

[...] representa um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social (BRASIL, 2010, n.p.).

se situa a tal ou tais 'níveis', 'planos' classicamente distinguidos e hierarquizados. [...] O espaço se forma, intervém ora a alguns 'níveis' ora a outros. Portanto, desigualmente, mas por toda a parte. A produção do espaço não seria 'dominante' no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, precisamente, numa prática (LEFEBVRE, 2000, p. 05).

A implantação de um Centro POP em um município deve atender a alguns critérios instituídos pelo caderno de orientações técnicas do MDS, elaborado em 2011. Para isso, o órgão gestor da política de assistência social do município deve, obrigatoriamente, apresentar no plano de assistência social do município a necessidade, bem como o preenchimento dos requisitos, a necessidade de um equipamento desses ao Conselho de Assistência Social do município.

Nessa circunstância, o município deve apresentar: a) elaboração de diagnóstico socioterritorial que permite identificar informações concernentes a áreas de concentração e trânsito da população em situação de rua; b) diagnóstico socioterritorial que permitirá identificar demandas e avaliar a relevância e a pertinência da implantação do Centro POP, além de apontar a melhor localização para sua implantação, dentre outros detalhes presentes no caderno de orientações técnicas para o Centro POP (BRASIL, 2011).

Por ser capital do estado do Maranhão e apresentar uma demanda que se encaixa nos critérios estabelecidos pelo MDS, no que se refere às orientações sobre a implantação de um Centro Pop, o município de São Luís possui duas unidades, localizadas no bairro da Cohab e Centro, respectivamente. A unidade que subsidiou as análises realizadas na presente pesquisa foi a do bairro Cohab, localizada na Estrada de Ribamar, Km-2, Casa 1, Conjunto Irapõa, Bairro Aurora - São Luís/MA, conforme apresenta a figura abaixo:

Figura 6 - Centro POP do bairro Cohab-Anil em São Luís/MA



Fonte: Google Maps (2022)

Feita essa breve explanação sobre o Centro POP, a pesquisa agora se direcionou para a sistematização das análises da coleta de dados. Assim, a realização de entrevista com a profissional assistente social do CENTRO POP se deu de forma remota, através de uma entrevista semiestruturada que orientou o diálogo, dando possibilidade para a entrevistada fazer menções e contribuir com informações diversas.

A primeira questão indagada se originou da necessidade de esclarecimentos sobre os serviços que o assistente social atua na instituição. Nesse sentido, a profissional esclareceu que os serviços ofertados pelo Centro POP são devidamente regulamentados pela Política de Assistência Social (PNAS) e também pela Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua.

Nesse sentido, deu ênfase ao caderno regulamentador dos serviços de referência especializados para a população em situação de rua. Para ela (2022): “[...] tanto a equipe, quanto a quantidade de usuários que a equipe tem que atender é determinado pelo caderno técnico do equipamento da política”. Assim, os centros possuem uma equipe mínima pré-determinada, os quais atuarão sobre os amplos e abrangentes serviços destinados para a população em situação de rua. Conforme apresenta a assistente social entrevistada:

Os serviços são bem amplos, bem extensos. Eles vão desde a garantia da alimentação, ou seja, da segurança alimentar, onde são entregues as refeições como o café da manhã na própria unidade e também para as

refeições como o almoço. No caso do Maranhão, o CENTRO POP tem uma parceria com o governo do Estado em relação ao acesso grátis para pessoas que vivem em situação de rua aos restaurantes populares. Então uma vez cadastrado, o usuário recebe uma pulseira, tipo aquelas de festa, e consegue ter acesso a qualquer restaurante popular em toda a região metropolitana de São Luís (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Garantir o acesso à alimentação é uma das premissas da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua. Ter um equipamento que se preocupe com aspectos de totalidade, como a segurança alimentar e nutricional de uma população vulnerabilizada e estigmatizada, contribui para as garantias constitucionais previstas em 1988. Além disso, de acordo com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN):

A segurança alimentar e nutricional, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, n.p.).

Nesse sentido, o Centro POP contribui para esse aspecto que tanto assola a população que vive em situação de rua: a fome. Ou seja, desenvolve ações, conforme apresenta o caderno técnico, de combate à fome. A insegurança alimentar, como expressão da questão social é uma problemática oriunda das contradições da sociedade capitalista, que com a enorme concentração de riquezas, faz com que pessoas não consigam ter suas necessidades básicas supridas. Por isso, ela deve ser entendida como:

[...] uma necessidade humana básica que precisa ser satisfeita de forma imediata e contínua. Portanto, não são ações isoladas, temporárias e esporádicas que vão resolver a situação. Ter essa necessidade humana básica satisfeita é um direito constitucional dos cidadãos, que, por qualquer situação, não podem saná-las por conta própria. Por isso, as ações empreendidas pelos profissionais de Serviço Social em relação ao combate à fome são de suma importância na garantia dos direitos sociais, pois é uma profissão que intervém diretamente nas demandas derivadas da insegurança alimentar e da análise sobre o resultado das políticas públicas e seus programas sociais implantados para atender essa questão (SZESZ; PRATES, 2018, p. 340).

Ademais, outro aspecto mencionado pela entrevistada foi a questão da higiene pessoal. Além da alimentação, os CENTRO POP devem ofertar, em suas unidades,

um espaço para a pessoa que vive em situação de rua se higienizar, como tomar banho, lavar roupas, dentre outros (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022). Isso vai de encontro ao que preconiza o caderno de orientações técnicas para o Centro POP, onde menciona sobre a estrutura física das unidades, conforme apresenta figura a seguir:

- Recepção e acolhida inicial;
- Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;
- Copa/Cozinha;
- Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Lavanderia com espaço para secagem de roupas;
- Refeitório;
- Guarda de pertences, com armários individualizados (BRASIL, 2011, p. 49).

Além desses serviços, a assistente social entrevistada fez referência aos atendimentos psicossociais, onde se localiza a acolhida ao usuário, para verificar, inclusive, se aquele usuário tem a documentação civil básica para acessar aos programas governamentais. Caso o usuário não tenha acesso a documentação como certidão de nascimento, identidade e entre outros, um dos primeiros passos do Centro POP é articular com os órgãos responsáveis para a emissão desses documentos.

No caso de usuários que procuram o Centro POP inicialmente e não possuem nem um documento de identificação, a gente consegue articular com os órgãos, porque por exemplo, a nossa unidade tem parceria com o cartório, com a junta militar, com o instituto de identificação, com a Receita Federal, enfim, todos os espaços para que o usuário consiga ter acesso à documentação civil e, conseqüentemente, ser inserido em outros programas, como o Cadastro Único, também da política de assistência social (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Após o acesso a essa documentação que vai também auxiliar no processo de reconhecimento daquele usuário como um cidadão de direitos, ele poderá acessar diversos benefícios e programas da política de assistência social e demais políticas públicas, como a sua inserção no aluguel social (auxílio-moradia), caso este deseje, oferta de auxílio transporte, para os casos de pessoas em situação de rua que desejam voltar para seus municípios de origem ou até mesmo recomeçar a vida em outros lugares (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Dentre outros serviços ofertados pelo Centro POP, a assistente social entrevistada citou o atendimento com os psicólogos e assistentes sociais ofertados para os usuários da unidade. De acordo com a profissional, o assistente social, com sua escuta especializada, vai procurar identificar as particularidades que levaram aquela pessoa a viver em situação de rua, ou seja, buscar conhecer os vínculos familiares, as relações afetivas e sociais, enfim, enxergar aquela pessoa a partir de uma totalidade, e não somente de uma forma isolada a sua posição em situação de rua (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Outro aspecto da atuação do assistente social nos serviços do Centro POP são os encaminhamentos, após a realização da escuta inicial, para o Serviço de Acolhimento Institucional, importante instrumento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse acolhimento se dá:

[...] em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. [...] Esse serviço tem como objetivos: acolher e garantir proteção integral; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público (CNMP, 2015, p. 20).

Além do acolhimento institucional, o assistente social também encaminha os usuários para os demais serviços de saúde, seja de saúde mental e serviços de saúde geral. Nesse sentido, o assistente social é um profissional que a partir de uma análise comprometida eticamente com as expressões de pobreza, como é o caso das pessoas que vivem em situação de rua, intervém e:

[...] visa o embate de suas expressões que repercutem nos diversos níveis de complexidade de saúde e estão vinculadas a fatores condicionantes e determinantes da saúde, como “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais. Sendo assim, a atuação do assistente social perpassa por questões de democratização do acesso aos serviços de saúde, atendimento integral e interdisciplinar ao usuário e fomento de sua participação popular e controle social nas políticas de saúde, indo de encontro a uma perspectiva totalizante, em que as determinações

sociais, econômicos e culturais da realidade da população e dos sujeitos atendidos sejam consideradas (CFESS, 2012, n.p.).

Questionada sobre quais as principais atribuições desenvolvidas pelo assistente social no Centro POP, a profissional respondeu que além de ser um facilitador do acesso aos direitos da pessoa em situação de rua, em uma perspectiva de contribuir para que o usuário consiga superar a situação que ele vivenciou ou vivencia para mantê-lo na rua, o profissional também vai ter um caráter muito pedagógico, no sentido de desmistificar certos estereótipos relacionados às pessoas que vivem em situação de rua. Nesse contexto, a profissional afirma que:

A gente precisa desmistificar vários estereótipos e preconceitos relacionados às pessoas em situação de rua, como por exemplo: o fato de que toda a pessoa que está em situação de rua está em condição de drogadição, ou também toda a pessoa que vive nas ruas tem algum problema de saúde mental. Enfim, procurar levar para a sociedade que são múltiplos os fatores que levam uma pessoa a está em situação de rua (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Essa particularidade da atuação da assistente social no Centro POP reafirma o caráter pedagógico do assistente social, referenciado historicamente como um perfil educativo do profissional. De acordo com a autora Maciel (2010, p. 13), os perfis pedagógicos do Serviço Social “[...] indicam tendências construídas e reconstruídas historicamente revelando a inserção dos assistentes sociais em processos da organização da cultura”. Dessa forma,

O trabalho do assistente social se apresenta em ações investigativas, interventivas e formativas que trazem à tona a importância política da dimensão pedagógica para pensar formas de trabalho que **promovam ações emancipatórias na política de assistência social, despertando a consciência política e o reconhecimento de coletividade da sociedade**, pensando no desabrochar de uma consciência de classe que traz um olhar sob as determinações das expressões da questão social em uma ligação direta com as relações de produção do sistema capitalista (CAMELO, et al., 2019, n.p., **grifo nosso**).

O fato da profissional está conscientizando a população sobre a importância de romper com esses estigmas relacionados às pessoas em situação de rua, faz com que esta fortaleça os pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, como por exemplo os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social de 1993, com ênfase na “[...] ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à

garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; e, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados (CFESS, 2012, n.p.).

A assistente social atua também com o usuário e a família, ressaltando que as pessoas em situação de rua podem vir de algum espaço sociofamiliar, pois a família além de ser um espaço de proteção pode ser também um contexto de violência. E as expressões de violências pode ter sido um dos motivos que levaram aquela pessoa a viver em situação de rua. Ou seja, a profissional busca compreender como estão os vínculos familiares daquele usuário com a família, na perspectiva de atuar sob a matricialidade sociofamiliar, pois esta possui centralidade na política de assistência social.

O princípio da matricialidade sociofamiliar constitui um avanço na assistência social, que anteriormente à aprovação da PNAS e da instauração do SUAS se detinha, mais diretamente, ao atendimento dos indivíduos, de forma isolada da família. Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros (TEIXEIRA, 2009, p. 257).

Para a profissional, a atuação do assistente social, portanto, está para além de encaminhamentos para as políticas públicas que o usuário possa acessar, mas também em uma perspectiva pedagógica, levando em consideração os aspectos mais abrangentes e problematizando-os, pois as pessoas em situação de rua muitas vezes são culpabilizadas por suas próprias condições. Tal análise, de enxergar a população em situação de rua como uma “classe perigosa”, ou como pessoas sem cidadania, é contrário ao compromisso ético-político do Serviço Social contemporâneo, o qual considera as expressões da questão social como resultado das contradições capitalistas.

A nossa atuação deve ser orientada junto a aquele usuário de tentar fazer com que ele tenha outras possibilidades além da rua, reconhecendo-o como um cidadão de direitos, mas também assim como têm direitos têm deveres. É todo um processo crítico, enxergando a totalidade do usuário, não só focando no fato de estar em situação de rua, até porque muitas vezes essa pessoa pode está vivendo em situação de rua de forma transitória, aquilo que não o define em sua totalidade. Por isso que não se usa mais o termo

“morador de rua”, porque ele pode estar na rua, mas não somente numa perspectiva de morada, mas como um espaço de sobrevivência, de trabalho. Ou seja, entender de onde a pessoa está vindo e para onde quer ir (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Dando ênfase a um aspecto muito importante citado pela profissional, o termo “morador de rua” por entender que limita a pessoa que vive em situação de rua e estigmatiza-a, é ultrapassada, pois carrega consigo um caráter pejorativo construído historicamente e exerce sobre essas pessoas uma conotação de negatividade, como algo ruim. Por isso, torna-se importante tal posicionamento profissional, pois ele carrega consigo um teor crítico desde os termos historicamente utilizados, até a forma na qual a profissional visualiza as pessoas em situação de rua.

Em síntese, os elementos a serem considerado no que se refere às atribuições desenvolvidas pelo assistente social na instituição, a profissional mencionou a oferta de espaços de acolhimento para além das ruas, a questão da saúde mental, a matricialidade sociofamiliar, o acesso às políticas de trabalho e renda, assistência social, saúde, bem como a capacitação profissional.

Quando por exemplo um usuário do Centro POP deseja retornar aos estudos, a assistente social tem um papel fundamental nessa articulação com as unidades de ensino para garantir que aquela pessoa retorne ao processo de ensino-aprendizagem, a mesma coisa acontece com a política de saúde, quando há queixas relacionadas à saúde, dentre outros (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Dando continuidade a entrevista semiestruturada, buscou-se compreender como se dá o trabalho do assistente social com a equipe multidisciplinar no Centro POP, bem como entender se os demais profissionais compreendem o espaço de trabalho do profissional. Para a assistente social do Centro POP:

A equipe, que é composta por coordenador, psicólogo, pedagogo ou advogado, dependendo das demandas da região, nós assistentes sociais, educadores sociais, temos competências em comum de acordo com o caderno de orientações técnicas para os Centros POP. Isso é bem delimitado nas documentações. Mas no caso do Serviço Social, nós temos como principal subsídio a Lei de Regulamentação Profissional, o Código de Ética de 1993, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e o Caderno Técnico Normativo do Centro POP. Então todos esses instrumentos legais ajudam a entender qual o papel e as funções do assistente social no Centro POP (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Essa também é uma questão de posicionamento profissional, porque o assistente social deve se apropriar de suas atribuições e competências e apresentá-

las a sua equipe multiprofissional, estabelecendo parâmetros de atuação dentro de suas possibilidades e limitações, sempre respeitando a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão na vigência da teoria crítica (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022). Além de deixar bem explicitado as atribuições e competências, o assistente social deve entender também que sua autonomia é relativa dentro das instituições, pois:

O processo de trabalho do assistente social fica no limite entre as atividades que são de sua competência profissional e as atividades que são específicas de cada instituição. Para a execução de sua prática profissional, o assistente social tem que lidar com o viés de sua relativa autonomia, tendo que atuar entre as demandas dos usuários, incentivando-os a lutarem por seus direitos, e as possibilidades que a instituição lhe oferece (SARMENTO, 2014, p. 179).

Essa questão incide no debate sobre as principais dificuldades do assistente social no Centro POP, a qual foi objeto da entrevista para a assistente social. Questionada sobre, a profissional mencionou que os desafios são inúmeros e todos carregam consigo uma complexidade que independe da vontade do Serviço Social isoladamente, ou seja, só o profissional jamais conseguiria resolver sozinho, porque são problemáticas estruturais, que impactam o trabalho do assistente social não somente no âmbito da política de assistência social, como é o caso da questão intersetorial com as outras políticas. Para a profissional:

A ausência de políticas públicas específicas para a população de rua acabam por sobrecarregar a política de assistência social, a qual carrega sozinha um fardo enorme de demandas e que não possui o suporte e financiamento necessário para atender todas essas demandas que chegam. Ou seja, acaba esgotando a assistência social. No entanto, como vemos nos inúmeros encaminhamentos para as demais políticas, a população em situação de rua não se prende somente à assistência. Por isso, falta articulação com as outras políticas públicas e até mesmo a criação de espaços específicos para essa população que tanto cresce e demanda atenção e intervenção do Estado (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Essa problemática de falta de articulação, assim como a escassez de recursos para o funcionamento da política, é uma consequência do desfinanciamento do SUAS, que faz parte da precarização das políticas sociais através do neoliberalismo. Nessa fase do capital:

[...] o Estado neoliberal contribui para o crescimento e desenvolvimento do capital financeiro por meio da dívida pública, atinge os países periféricos de

forma contundente e as políticas sociais brasileiras ganham outro direcionamento: às ações de proteção social, advindas de recursos do Estado, passam a ser focalizadas e seletivas, repassadas para uma gelatinosa “sociedade civil”, contrariando a universalidade proposta na Constituição Federal de 1988 (SANTANA, et al., 2022, p. 94).

Com isso, a política de assistência social é duramente impactada, onde os governos neoliberais reforçam o caráter de seletividade da política e cortam recursos para o financiamento do SUAS. De 2017 até então, a política de assistência social vem sendo desfinanciada de forma abrangente, através de um

[...] severo ajuste fiscal, expresso no achatamento salarial; atrasos de pagamentos dos salários de servidores de diversos estados; aumento das contribuições previdenciárias; privatizações de áreas extremamente lucrativas e congelamentos de recursos públicos destinados às mais diversas áreas. Ao mesmo tempo em que se intensifica a precarização das condições de trabalho, por meio da contrarreforma trabalhista, da terceirização irrestrita e facilitação dos processos de agenciamento de trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo (CFESS, 2012, n.p.).

Além desse desafio, a assistente social do Centro POP cita a questão dos estigmas relacionados às pessoas que vivem em situação de rua. Para a profissional, um dos maiores é a questão dos encaminhamentos, pois quando o usuário é encaminhado para outro serviço, mesmo com o instrumental formalizado, a pessoa em situação de rua ainda tem dificuldade de acessar o serviço por conta dos estigmas e estereótipos. Isso é consequência também da ausência de políticas públicas mais humanizadas para essa população. A assistente social acrescenta que as pessoas em situação de rua carecem de:

Maior visibilidade para o público, pois o quantitativo a cada dia cresce mais. O Estado só enxerga a população em situação de rua quando é pra tirá-los dos lugares, numa perspectiva higienista, mas também eles só retiram e não tem nada para que a pessoa possa superar aquela situação, ou seja, não há possibilidades para aquela pessoa. Isso acontece muito no centro histórico de São Luís, mais precisamente no reviver, onde o poder público expulsa as pessoas que vivem naquela região há anos numa tentativa de “conservar” a estética mais elitizada do local, tentando tornar um lugar que historicamente pertence à população mais vulnerabilizada em lugar para ricos (ASSISTENTE SOCIAL DO CENTRO POP, 2022).

Em suma, esses são os principais desafios que se fazem presentes no cotidiano de trabalho do assistente social junto à população em situação de rua através dos serviços ofertados pelo Centro POP. Para concluir, foi questionado sobre

os principais instrumentais técnico-operativos do assistente social em seus processos de trabalho. Esses instrumentais, estão relacionados à instrumentalidade do Serviço Social, a qual:

[...] consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização, ao mesmo tempo em que articula as dimensões instrumental, técnica, ético-política, pedagógica, intelectual da profissão, possibilita não apenas que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e prática sociais mas, objetiva essa compreensão por meio de ações competentes técnicas, intelectual e politicamente (GUERRA, 1999, p. 198).

Nesse sentido, a dimensão técnico-operativa menciona que o profissional “[...] deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam o profissional desenvolver ações junto à população usuária” (GUERRA, 1999). Dessa forma, dentre os principais instrumentais utilizados pelo assistente social do Centro POP, estão:

- ❖ **Ficha Cadastral do Usuário:** instrumental típico dos equipamentos da política de assistência social, busca cadastrar o usuário na política com dados e informações básicas para acesso aos benefícios, serviços e programas;
- ❖ **Encaminhamentos:** visa encaminhar os usuários para as demais políticas públicas. Conforme apresenta a assistente social do Centro POP é um instrumental importante pois respalda tanto o profissional quanto o usuário, o profissional no sentido de que você tem uma prova documental do seu atendimento, e o usuário no sentido de que, caso o profissional saia da unidade, um outro profissional poderá dar continuidade ao atendimento prestado, assim como possibilita o usuário a acessar outros serviços diversos;
- ❖ **Relatórios sociais:** os relatórios sociais servem, muitas vezes, como um instrumental para encaminhar os usuários para as políticas públicas, ele pode ser tanto situacional, quando este tem um caráter informativo, quanto também acompanhado de um parecer social, objetivando subsidiar alguma intervenção posterior.

No geral, esses são os instrumentais mais utilizados pelo assistente social do Centro POP, contribuindo para que o profissional atinja seus objetivos com cada

usuário e suas peculiaridades, assim como com a expansão das possibilidades de intervenção no cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua é uma comunidade que sofre historicamente com a ausência de políticas públicas necessárias para garantir o seu acesso aos direitos sociais mínimos a qualquer cidadão. Isso é visto a partir do momento em que este trabalho resgata a historicidade da população em situação de rua e os aspectos que levam a essa população sofrer com estereótipos e inacessibilidade aos serviços públicos.

Essa pauta, se tratando de uma problemática estrutural e enraizada nas relações capitalistas, é essencial para se debater no Serviço Social, o que faz com que o leque de possibilidades em discussões no interior da profissão se amplie e traduza análises sobre a necessidade de produção de trabalhos e estudos na área em questão.

Por isso, refletir sobre a atuação do assistente social em um equipamento, inserido dentro da Política de Assistência Social, pensada para as pessoas que vivem em situação de rua e suas particularidades, é um dos passos primordiais para compreender a importância dos processos de trabalho do assistente social na garantia de direitos a um público tão vulnerabilizado quanto é a população em situação de rua.

Mas é justamente resgatando a história da profissão, como feito nos capítulos iniciais, que vai demonstrar que nem sempre o Serviço Social esteve ao lado dos interesses da classe trabalhadora, o que em sua gênese contribuía, inclusive, em reforçar a ideia de que as pessoas que vivem em situação de rua representavam uma “classe perigosa” para a sociedade. Isso, pois, a profissão estava intrinsecamente ligada a reprodução da ordem societária vigente, preservando os ideais capitalistas e moralizadores das expressões da questão social.

É apenas com o Movimento de Reconceituação Profissional do Serviço Social, como discutido nos capítulos anteriores, que a profissão vai redirecionar sua intervenção profissional, especificamente com a perspectiva intenção de ruptura, que vai compreender as relações sociais em sua totalidade e as expressões da questão social a partir de um viés crítico e aprofundado, sendo expressões estas oriundas das contradições que operam o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a expressão de vulnerabilidade tanto vivenciada pela população em situação de rua, bem como a ideia moral que recai sobre essas pessoas, vistas de modo pejorativo, se insere na dinâmica das contradições capitalistas e, com um

novo direcionamento ético, ligado à politização do debate sócio-histórico e de novas diretrizes profissionais, o assistente social passou a contribuir com a mediação dos direitos a essa população. No entanto, esse contexto é relativamente recente, situado após a Constituição Federal de 1988 e apenas legitimado institucionalmente no século XXI, vinculado principalmente a política de assistência social, como é o caso do Centro POP.

Por isso, enquanto relevância social, a pesquisa contribui para com uma perspectiva de socializar informações verídicas e amplamente discutidas no âmbito das ciências sociais, ampliando os horizontes para que a sociedade perceba que essa população deve ter seus direitos garantidos, rompendo com estigmas construídos historicamente nas relações sociais.

Enquanto relevância acadêmica, todo o estudo, que se destina a expandir a produção de pesquisa sobre os espaços de trabalho do assistente social nas políticas públicas, deve ser compreendido como um mecanismo de disseminação de conhecimento pautado no caráter ético-político e com um direcionamento social a ponto de incentivar a pesquisa e a cientificidade no Serviço Social.

Portanto, no momento em que a pesquisa passa a discutir sobre as especificidades da atuação do assistente social em um equipamento destinado para a população em situação de rua, os objetivos propostos se atingem ao reconhecer particularidades do trabalho profissional, como é o caso da apresentação do cotidiano profissional, as principais ações que o assistente social desenvolve com a população em situação de rua, os instrumentais e os desafios que permeiam a sua atuação.

Diante do exposto, a presente pesquisa, não se pretendeu esgotar os estudos no que diz respeito a atuação do assistente social no Centro POP, mas busca incentivar que a produção de estudos, análises e intervenções seja continuada inclusive por pontos que não contemplam esse estudo, ou que contemplam e devem ser refutados.

Esse caráter revela que a construção da ciência se faz de forma compartilhada e interligada a novas possibilidades de análises contínuas, ampliando o campo da produção do conhecimento no Serviço Social a partir da interdisciplinaridade e da sistematização dos processos de trabalho do assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

BOVE, Cristina; FIGUEIREDO, Gladston. **Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos**. Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. Brasília, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM-SITUA%C3%87%C3%83O-DE-RUA.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Resolução nº 14, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasil, 07 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Direitos do morador de rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania**. Brasília: FAP/DF, 2010.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Instituiu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua** (PNPR). Brasília, 2009.

CAMELO, Adriana Castro; SEVERIANO, Evania Maria Oliveira; SILVA, Leiriane de Araújo; RIBEIRO, Herta Maria Castelo. **A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social**. Anais JOINP. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_441_4415cbbb5ee8a5d9.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

CARDOSO, A. L. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ, 2001. Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/download/adauto_desig_ur. Acesso em: 08 abr. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. 97 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2573>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Conselho Federal De Serviço Social. 10 ed. Brasília. 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Eder Dion de Paula; JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart Cabral. Violências às pessoas em situação de rua: o direito fundamental à segurança em xeque. **JURIS**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 25-40, 2017.

DORNELLES, A. E. **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática, 2003.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, Brasília, 1999.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Serviço Social e educação**: interfaces de uma atuação política. 2012. 184f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98590>. Acesso em: 27 mai. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARQUES, Luciana. **A matricialidade sociofamiliar do SUAS**: diálogo entre possibilidades e limites. Universidade Estadual de Londrina. Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas. 2014. Disponível em:

http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Estado, Filantropia e Assistência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MATTOS, R. M. **Processo de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua**: da rualização a sedentarização. 2003. 186f. (Iniciação Científica). Universidade São Marcos: FAPESP, São Paulo, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane S. de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, 2007.

MNPR (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA). Portal FalaRua. **História do Movimento**. 2010. Disponível em: <http://www.falarua.org>. Acesso em: 13 jun. 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, Irismar Karla Sarmento. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência saúde coletiva** [online], vol. 21, n. 8, p. 25-95, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SANFELICE, J. L. A história da educação. Quaestio – **Revista de Estudos em Educação**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/60>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SANTOS, Daiane dos Santos. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA**: um estudo de caso. Salvador: UNEB, 2009.

SANTOS, Érika Maria Pinto. **O pauperismo na sociedade capitalista contemporânea**: a mendicância no bairro Alecrim (Natal/RN) como particularidade. Natal, RN. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2010.

SARMENTO, Élder Boska de Moraes. O Debate Contemporâneo sobre a Intervenção Profissional. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Serviço Social Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. I, p. 159-179.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. Brasília: UnB, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, dez. 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2004.

SZESZ, Livia Machado Brizola; PRATES, Angela Maria Moura Costa. O exercício profissional do assistente social em ações de combate à fome (The professional practice of social worker in actions to combat hunger). **Emancipação**, v. 18, n. 2, p. 336-355, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/conta/Downloads/Dialnet-OExercicioProfissionalDoAssistenteSocialEmAcoesDeC-6673293.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOLENTINO, Erika dos Santos; BASTOS, Valeria Pereira. População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 301-331, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22422/temporalis>. Acesso em: 10 abr. 2022.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n. 3 (jan./jun..2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 33-40. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/838>. Acesso em: 16 set. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISADOR(A): Emmerson da Silva Costa

ORIENTADOR(A): Enaire de Maria Sousa da Silva

Dados da Pesquisa:

TÍTULO: A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA: uma análise do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua em São Luís/MA

PESQUISADOR(A): Emmerson da Silva Costa

Nós, Emmerson da Silva Costa, pesquisador responsável pela presente pesquisa e Enaire de Maria Sousa da Silva, orientadora da pesquisa, convidamos V. Sa. Para participar como voluntário(a) do estudo.

A presente pesquisa pretende identificar as especificidades da atuação profissional do assistente social com a população de rua em um Centro POP de São Luís/MA. Para sua realização, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica (através de artigos, livros, documentos etc.) e a pesquisa de campo, que será realizada a partir de uma entrevista semiestruturada com V. Sa.

Sua participação nesse estudo é de extrema importância. Além disso, as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em possíveis publicações científicas, não havendo identificação dos(as) voluntários(as), a não ser entre os responsáveis pelo estudo, resguardando o sigilo e a ética que rege a comunidade científica.

AUTORIZAÇÃO

Eu,

_____, após a leitura deste documento, acredito estar informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos aos quais serei submetido(a) e da garantia da confidencialidade e esclarecimentos. Além disso, ressalto que minha participação é voluntária e posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidade ou perda de qualquer benefício. Diante disso, expresso minha concordância de livre e espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Emmerson da Silva Costa

Pesquisador responsável pela obtenção do consentimento

DECLARAÇÃO

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecimento deste(a) voluntário(a) para a participação neste estudo.

Emmerson da Silva Costa

Pesquisador responsável pela obtenção do consentimento

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Quais os serviços disponibilizados pelo Centro POP?
2. Quais as atribuições desenvolvidas pelo assistente social na instituição?
3. Como se dá o trabalho com a equipe multidisciplinar? Os demais profissionais compreendem o espaço de intervenção do assistente social?
4. Quais os principais desafios durante os processos de trabalho?
5. Quais os principais instrumentais utilizados?
6. Gostaria de acrescentar outras informações?